

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA
GABINETE DO PREFEITO

LEI nº 2.764 /2011

Institui o novo Código Tributário do Município de Timbaúba e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA**, Estado de Pernambuco, faço saber a Câmara de Vereadores aprovou e eu, sanciono a presente lei.

Art. 1º. Esta Lei institui o Código Tributário do Município de Timbaúba, dispondo sobre os direitos e obrigações, que emanam das relações jurídicas referentes a tributos de competência municipal e de rendas que constituem a receita do Município.

Art. 2º. O presente Código é constituído de dois livros, com a matéria assim distribuída:

I. LIVRO I: Dispõe sobre as normas gerais de direito tributário estabelecidas pela Legislação Federal aplicáveis aos Municípios e, as de interesse do Município para aplicação de sua Lei Tributária e regulamenta o procedimento administrativo fiscal.

II. LIVRO II: Regula a matéria tributária no que compete ao Município e toda matéria relativa à receita do Município, constituída de tributos e outras rendas.

LIVRO I
DAS NORMAS GERAIS
TÍTULO I
DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO I
DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 3º. A constituição do crédito tributário é efetuada por meio do lançamento tributário nas seguintes modalidades:

- I. De ofício;
- II. Por declaração;
- III. Por homologação.

Parágrafo único. Aplicam-se às modalidades de lançamento as normas gerais de direito tributário estabelecidas no Código Tributário Nacional.

Art. 4º. O direito de a Fazenda Municipal constituir o crédito tributário extingue-se após cinco anos, contados:

- I. Do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;
- II. Da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo único. O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

Art. 5º. A revisão de lançamento somente poderá ser iniciada, enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública Municipal, nos termos do artigo 4º.

Seção II

Da Atualização Monetária e Encargos Moratórios

Art. 6º. Quando não recolhidos no prazo legal, os débitos para com a Fazenda Municipal ficam sujeitos à atualização monetária.

§ 1º. Os débitos para com a Fazenda Municipal, de qualquer natureza, inclusive fiscais, incluídas as multas de qualquer espécie, assim como, todos os valores previstos nesta Lei, serão atualizados monetariamente, de acordo com a variação anual do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro que venha a sucedê-lo.

§ 2º. A atualização dos valores tem como base a variação acumulada do IPCA do mês de novembro do ano anterior ao mês de outubro do ano em curso e será aplicada a partir de 1º de janeiro do ano subsequente.

§ 3º. A multa de mora incidirá sobre o valor integral do crédito atualizado monetariamente.

§ 4º. Serão devidos juros de mora calculados à razão de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante do débito atualizado, a partir do mês seguinte ao vencimento do tributo.

Art. 7º. A atualização monetária estabelecida na forma do art. 6º aplicar-se-á, inclusive, aos débitos cuja cobrança seja suspensa por medida administrativa ou judicial, salvo se o sujeito passivo houver depositado, em moeda, a importância questionada.

§ 1º. Na hipótese de depósito parcial, far-se-á a atualização da parcela não depositada.

§ 2º. O depósito elide, ainda, a aplicação da multa moratória, dos juros, ou de ambos, consoante seja efetuado antes do prazo fixado para a incidência da multa, dos juros, ou de ambos.

Art. 8º. O valor do depósito, se devolvido por terem sido julgados procedentes reclamações, recursos ou medidas judiciais, será atualizado monetariamente, em consonância com as disposições dos arts. 10 e 11.

Parágrafo único. A atualização monetária do depósito cessará se o interessado deixar de comparecer à repartição competente, no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua regular notificação, para receber a importância a ser devolvida.

Art. 9º. A falta de pagamento de qualquer tributo previsto nesta Lei, nos vencimentos fixados nos avisos de lançamento, sujeitará o sujeito passivo ou o responsável:

I. À multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia sobre o valor do débito atualizado monetariamente, até o percentual máximo de 20% (vinte por cento).

II. À cobrança de juros moratórios à razão 0,0333 % (trezentos e trinta e três décimos de milésimos por cento) ao dia, incidentes sobre o valor do débito atualizado monetariamente, a partir do dia seguinte ao do vencimento.

§ 1º. Inscrita e ajuizada a dívida, serão devidas custas e honorários, conforme regulamentação, estes limitados a 20%(vinte por cento) do crédito tributário e demais despesas previstas na forma legal e regulamentar.

§ 2º. Entende-se por valor originário o que corresponda ao crédito tributário, excluindo-se a atualização monetária, juros e multa de mora.

Art. 10. A atualização incidirá sobre os créditos fiscais decorrentes de tributos ou penalidades não adimplidos na data do vencimento.

Art. 11. As multas, incidentes sobre os créditos tributários vencidos e não pagos, serão aplicadas sobre os valores atualizados.

Parágrafo único. As multas previstas nesta lei, aplicadas autonomamente em razão de descumprimento de obrigação acessória serão atualizadas monetariamente, conforme aqui disposto.

Art. 12. A cobrança dos débitos inscritos na Dívida Ativa far-se-á com os acréscimos previstos no art. 9º da seguinte forma:

I. Quando amigável, os acréscimos serão apurados até a data do pagamento à Fazenda Pública Municipal;

- II. Quando judicial, os acréscimos serão computados até a data do efetivo pagamento ou depósito em Juízo, à disposição da Fazenda Pública.

Seção III

Das Modalidades de Extinção do Crédito Tributário

Art. 13. Extinguem o crédito tributário:

- I. O pagamento;
- II. A compensação;
- III. A remissão;
- IV. A prescrição e a decadência;
- V. A conversão de depósito em renda;
- VI. O pagamento antecipado e a homologação do lançamento;
- VII. A consignação em pagamento;
- VIII. A decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória;
- IX. A decisão judicial passada em julgado;
- X. A dação em pagamento de bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em regulamento.

Parágrafo único. A forma de extinção do crédito tributário é subordinada às normas gerais de direito tributário disciplinadas no Código Tributário Nacional.

Art. 14. Fica o Secretário de Finanças autorizado a efetuar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública, através de procedimento administrativo, nas condições e sob as garantias estipuladas em regulamento, sem prejuízo das demais disposições aplicáveis prescritas nesta Lei.

Parágrafo único. Todo procedimento administrativo de compensação deverá ser acompanhado de planilha de cálculo elaborada por repartição competente e de exposição de motivos, para fins de auditoria interna ou externa.

Art. 15. O Secretário de Finanças poderá conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo à diminuta importância do débito, tornando inviável a sua cobrança.

Parágrafo único. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no art. 47.

CAPÍTULO II **SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

Seção I

Disposições Gerais

Art. 16. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

- I. A moratória;
- II. O depósito do seu montante integral;
- III. As reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo;
- IV. A concessão de medida liminar em mandado de segurança;
- V. A concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;
- VI. O parcelamento.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.

Seção II

Do parcelamento

Art. 17. Os créditos tributários poderão ser parcelados administrativamente em qualquer fase de cobrança, em até 90 (noventa) parcelas mensais e sucessivas, desde que o valor de cada parcela não seja inferior a R\$ 30,00 (trinta reais) sujeitas à atualização monetária prevista nesta lei.

§ 1º. A concessão do benefício está condicionada à regularidade da situação fiscal do contribuinte no exercício do requerimento, respeitada a natureza do lançamento tributário de cada tributo.

§ 2º. Durante o período de parcelamento dos débitos, o contribuinte não poderá ficar inadimplente com tributos da mesma espécie, cujos fatos geradores ocorram após a sua concessão, sob pena de perda do benefício

Art. 18. Os créditos tributários objeto de parcelamento compreendem:

- I. O imposto devido, atualizado monetariamente, até o mês do pedido;
- II. A taxa devidamente atualizada, monetariamente até o mês do pedido;
- III. A contribuição de melhoria;
- IV. As multas por infração;
- V. A multa de mora e os juros de mora previstos no art. 9º desta Lei.

Art. 19. Após o vencimento, incidirão sobre os valores das parcelas, atualização monetária e demais acréscimos legais.

Art. 20. O atraso no pagamento de 03(três) parcelas, consecutivas ou não, por mais de 30(trinta) dias corridos, implica no cancelamento do parcelamento, ficando o contribuinte sujeito à quitação total do débito, incidindo sobre o saldo da dívida, multa, juros e atualização monetária, a partir do seu inadimplemento.

CAPÍTULO III **DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 21. Excluem o crédito tributário:

- I. A isenção;
- II. A anistia.

Parágrafo único. A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal, cujo crédito seja excluído, ou dela conseqüente, salvo se a lei dispuser em contrário.

Seção II

Da isenção

Art. 22. A isenção é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração.

Parágrafo único. A isenção pode ser restrita a determinada região do Município, em função de condições a ela peculiares.

Art. 23. A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei a qualquer tempo, produzindo efeitos a partir do exercício seguinte ao da publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

GABINETE DO PREFEITO

Art. 24. A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, mediante requerimento do interessado, instruído com prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei, regulamento ou contrato para sua concessão.

Parágrafo único. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, as disposições sobre concessão de moratória e parcelamento.

Seção III

Da Anistia

Art. 25. A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando:

- I. Aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele;
- II. Salvo disposição em contrário, às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 26 - A anistia pode ser concedida:

- I. Em caráter geral;
- II. Limitadamente:
 - a) às infrações da legislação relativa a determinado tributo;
 - b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugada ou não com penalidades de outra natureza;
 - c) à determinada região do território do Município, em função de condições a ela peculiares;
 - d) sob condição do pagamento de tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída, pela mesma lei à autoridade administrativa.

Art. 27. A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento do interessado instruído com prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.

§ 1º. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não atendia ou deixou de atender os requisitos para a concessão do benefício fiscal, cobrando-se o crédito com os acréscimos legais incidentes:

- I. Com imposição de penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele;
- II. Sem imposição de penalidade, nos demais casos.

§ 2º. Não será computado para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito, o tempo decorrido entre a concessão da anistia e a sua revogação, na hipótese prevista no inciso I do § 1º deste artigo.

§ 3º. A revogação do benefício fiscal somente poderá ocorrer antes da prescrição do direito à cobrança do crédito, para a hipótese prevista no inciso II do § 1º deste artigo.

CAPÍTULO IV

DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Seção I

Da Inscrição e do Cadastro Fiscal

Art. 28. Toda pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, deverá promover sua inscrição no Cadastro de Contribuintes de quaisquer dos tributos municipais, para cada um de seus estabelecimentos, seja matriz, filial, sucursal, agência, depósito, escritório inclusive de contato, *showroom*, posto de atendimento de qualquer natureza, endereço de correspondência, endereço de terceiro onde atua economicamente, ainda que temporariamente, inclusive condomínio edilício, obra de construção civil ou qualquer outra, independente da denominação que vier a ser adotada, mesmo que isenta ou imune de tributos, de acordo com as formalidades fixadas em regulamento.

Parágrafo único. Para os fins previstos no *caput*, na estipulação do domicílio tributário aplicam-se, quando couber, às disposições contidas no art. 127 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1996 – Código Tributário Nacional.

TÍTULO II
DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO I
DA DÍVIDA ATIVA

Art. 29. Constitui dívida ativa tributária do Município, o crédito fiscal, proveniente de impostos, taxas, contribuições de melhoria e multas tributárias de qualquer natureza, atualizados conforme o disposto no art. 6º, e com os acréscimos moratórios do art. 9º, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela legislação tributária ou por decisão final proferida em processo regular.

Parágrafo único. Sobre o débito fiscal inscrito continuarão a incidir a atualização monetária e os encargos moratórios previstos nos arts. 6º e 9º.

Art. 30. A dívida ativa regularmente inscrita goza da presunção de liquidez e certeza e tem efeito de prova pré-constituída.

§ 1º. A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou de terceiro a quem a aproveite.

§ 2º. A fluência de juros de mora e a atualização monetária, conforme o disposto no art. 9º, não exclui a liquidez do crédito.

§ 3º. Considera-se regular a dívida ativa inscrita após procedimento administrativo da autoridade administrativa responsável pela aferição da regularidade da constituição do crédito tributário e de sua exigibilidade.

Art. 31. O termo de inscrição da dívida ativa conterá obrigatoriamente:

- I. O nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros;
- II. O valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato;
- III. A origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida;
- IV. A indicação, quando for o caso, de estar à dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;
- V. A data e o número da inscrição, no Registro de Dívida Ativa; e
- VI. O número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

§ 1º. A Certidão de Dívida Ativa conterá os mesmos elementos do Termo de Inscrição e será autenticada pela autoridade competente.

§ 2º. As dívidas relativas ao mesmo devedor, desde que conexas ou conseqüentes, poderão ser englobadas na mesma certidão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

GABINETE DO PREFEITO

§ 3º. O termo de inscrição e a certidão de dívida ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrônico.

Art. 32. A cobrança da dívida tributária do Município será procedida:

- I. Por via amigável, quando processada pelos órgãos administrativos competentes;
- II. Por via judicial, quando processada pelos órgãos judiciários.

Parágrafo único. As vias a que se refere este artigo são independentes uma da outra, podendo a Administração Pública, quando o interesse da Fazenda Municipal assim o exigir, providenciar imediatamente a cobrança judicial da dívida, mesmo que não tenha dado início ao procedimento amigável.

Art. 33. A inscrição do crédito da Fazenda Municipal far-se-á com as cautelas previstas no Capítulo I do Título II do Livro I.

Art. 34. Aplicam-se à dívida ativa não tributária, na forma da legislação competente, as normas disciplinadas neste Capítulo.

CAPÍTULO II DA CERTIDÃO NEGATIVA

Art. 35. A prova da quitação de determinado tributo será feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade, e indique o período a que se refere o pedido.

Parágrafo único. A certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida dentro de até 10 (dez) dias úteis da data da entrada do requerimento na repartição, tendo prazo de validade de até 90 (noventa) dias.

Art. 36. A expedição de certidão negativa não exclui o direito de a Fazenda Municipal, a qualquer tempo, constituir os créditos tributários que venham a ser apurados após a sua emissão.

Art. 37. Terá os mesmos efeitos de certidão negativa, aquela que consigne a existência de créditos tributários não vencidos, em curso de cobrança executiva, em que tenha sido efetivada a penhora ou cuja exigibilidade esteja suspensa, nos termos da legislação vigente.

TÍTULO III DO PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38. Este título regula as disposições gerais do procedimento tributário, as medidas preliminares, os atos iniciais da exigência do crédito tributário do Município decorrentes de impostos, taxas, contribuição de melhoria, penalidades e demais acréscimos, a consulta, o processo administrativo tributário e a responsabilidade dos agentes fiscais.

Art. 39. A Fazenda Municipal poderá promover, de ofício, inscrição, alterações de dados cadastrais ou cancelamento da inscrição, na forma regulamentar, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Seção I

Da Ciência dos Atos e Decisões

Art. 40. A ciência dos atos e decisões far-se-á, alternada ou cumuladamente:

- I. No auto de infração ou notificação para recolhimento de débito verificado mediante entrega de uma via, contra recibo do interessado, em seu domicílio tributário, ou onde se encontrar;
- II. No processo ou expediente, mediante assinatura do interessado;

- III. Pessoalmente, ou a representante, mandatário ou preposto, mediante recibo datado e assinado, ou com menção da circunstância de que houve impossibilidade ou recusa de assinatura;
- IV. Por notificação com aviso de recebimento (AR), datado e firmado pelo destinatário ou alguém do seu domicílio, ou onde se encontrar mediante o envio ao domicílio tributário do sujeito passivo;
- V. Por meio eletrônico, com prova de recebimento mediante registro em meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo;
- VI. Por edital afixado em lugar de costume na sede da Prefeitura Municipal;
- VII. Por edital na imprensa oficial ou em jornal de ampla circulação no Município, integral ou resumido.

§ 1º. Quando, em um mesmo processo, forem interessados mais de um sujeito passivo, em relação a cada um deles serão atendidos os requisitos fixados nesta seção para as intimações.

§ 2º. Prescinde de assinatura a notificação de lançamento emitida por processo mecanográfico ou eletrônico.

§ 3º. Os meios de notificação previstos nos incisos I a VII deste artigo não estão sujeitos à ordem de preferência, considerando-se a notificação efetuada mediante o cumprimento de qualquer deles.

Art. 41. A intimação presume-se feita:

- I. Quando pessoal, na data do recebimento mediante entrega de uma via, contra-recibo do interessado, em seu domicílio tributário, ou onde se encontrar;
- II. Quando por carta, na data aposta no aviso de recebimento pelo destinatário ou por quem, em seu nome, receber a intimação, e, se for essa omitida, 15 (quinze) dias após sua entrega à agência postal;
- III. Se por meio eletrônico, na data da confirmação do recebimento da mensagem enviada;
- IV. Quando por edital afixado no lugar de costume, na data nele prevista;
- V. Quando por edital publicado na imprensa oficial ou em jornal de ampla circulação no Município, na data nele prevista.

Art. 42. Os despachos interlocutórios, que não afetem a defesa do sujeito passivo, independem de intimação.

Seção II

Da Notificação de Lançamento

Art. 43. A notificação de lançamento será expedida pelo órgão que administra o tributo e conterá, obrigatoriamente:

- I. A qualificação do notificado e as características do imóvel, quando for o caso;
- II. O valor do crédito tributário, sua natureza e o prazo para recolhimento e impugnação;
- III. A disposição legal infringida se for o caso, bem como o valor da penalidade;
- IV. A assinatura ou chancela do servidor autorizado, com a indicação do seu cargo ou função.

Art. 44. A notificação do lançamento será feita na forma do disposto nos arts. 40 e 41.

CAPÍTULO II **DA FISCALIZAÇÃO**

Art. 45. Compete à Fazenda Municipal a fiscalização do cumprimento da legislação tributária.

Art. 46. A legislação tributária municipal aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade ou de isenção.

Art. 47. Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes, prestadores de serviços, industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibí-los.

§ 1º. Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados, serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

§ 2º. Considera-se embaraço à fiscalização a negativa não justificada de exibição de livros e documentos, bem como a recusa de informações sobre bens, movimentação financeira, negócio ou atividade requeridas por meio de intimação, e nas demais hipóteses que autorizem a requisição de auxílio do órgão policial competente.

§ 3º. Caracteriza-se, ainda, como embaraço à fiscalização a negativa de acesso ao estabelecimento, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde desenvolvam suas atividades ou se encontrem bens de sua propriedade.

Art. 48. Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

- I. Os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;
- II. Os bancos, caixas econômicas e demais instituições financeiras;
- III. As empresas de administração de bens;
- IV. Os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;
- V. Os inventariantes;
- VI. Os síndicos, comissários e liquidatários;
- VII. Quaisquer outras entidades ou pessoas que a lei designe, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Parágrafo único. A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Art. 49. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Municipal ou de seus servidores públicos, de informação, obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades.

§ 1º. Excetua-se do disposto neste artigo, além dos casos previstos no art. 50, os seguintes:

- I. Requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça;
- II. Solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo, a que se refere à informação, por prática de infração administrativa.

§ 2º. O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado e, a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.

§ 3º Não é vedada a divulgação de informações relativas a:

- I. Representações fiscais para fins penais;
- II. Inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Municipal;
- III. Parcelamento ou moratória.

Art. 50. A Fazenda Municipal poderá prestar e receber assistência das Fazendas Públicas da União, dos Estados e de outros Municípios para a fiscalização dos tributos respectivos e permuta de informações, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico, por lei ou convênio.

Art. 51. A autoridade administrativa municipal poderá requisitar o auxílio do órgão policial competente, quando vítima de embaraço ou desacato, no exercício de suas funções, ou

quando necessário à efetivação da medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

CAPÍTULO III
DO PROCEDIMENTO FISCAL

Art. 52. O procedimento fiscal terá início com:

- I. A lavratura de termo de início de fiscalização e intimação;
- II. A lavratura de termo de apreensão de bens, livros ou documentos;
- III. A notificação
- IV. A intimação;
- V. A lavratura de auto de infração ou notificação para recolhimento de débito verificado;

VI. Qualquer ato da Fazenda Municipal que caracterize o início de levantamento fiscal e de apuração do crédito tributário.

Parágrafo único. O início do procedimento fiscal exclui a espontaneidade do sujeito passivo em relação a atos anteriores e, independentemente de intimação, a dos demais envolvidos nas infrações verificadas.

Art. 53. A exigência do crédito tributário será formalizada em auto de infração, notificação para recolhimento de débito verificado, distinto por tributo.

Parágrafo único. Quando mais de uma infração à legislação de um tributo decorrer do mesmo fato e a comprovação do ilícito depender dos mesmos elementos de convicção, a exigência poderá ser formalizada em um só instrumento e alcançará todas as infrações e infratores.

CAPÍTULO IV
DAS MEDIDAS PRELIMINARES

Seção I

Do Termo de Fiscalização

Art. 54. A autoridade que presidir ou proceder a exames e diligências lavrará, sob sua assinatura, termo circunstanciado do que apurar, consignando a data de início, o período a ser fiscalizado, os livros e documentos que serão examinados e o que mais possa interessar.

§ 1º. O termo será emitido em duas vias pela repartição fiscal, sendo uma, devidamente autenticada pela autoridade, entregue ao sujeito passivo, contra recibo na via do Fisco.

§ 2º. A assinatura não constitui formalidade essencial à validade do termo de fiscalização, não implica confissão, nem a sua falta ou a sua recusa agravará a pena.

§ 3º. O prazo máximo concedido ao sujeito passivo para a entrega de documentos fiscais e demais obrigações acessórias é de 30 (trinta) dias.

§ 4º. Iniciada a fiscalização, o agente fiscal terá o prazo máximo de 90 (noventa) dias para concluí-la, prazo esse prorrogável, sucessivamente, por igual período, com qualquer outro ato escrito que indique o prosseguimento dos trabalhos.

Art. 55. Encerrada a fiscalização, a autoridade competente emitirá termo de encerramento de ação fiscal, circunstanciando o que apurar, registrando a data de início e final, o período fiscalizado, os livros e documentos examinados e o que mais possa interessar.

§ 1º. Notificado o infrator, será intimado a recolher o débito fiscal reclamado ou apresentar defesa, por escrito, a autoridade competente, dentro de 30 (trinta) dias, sob pena de julgamento à revelia.

§ 2º. Não sendo encontradas irregularidades, a homologação dos lançamentos deverá constar do Termo de Encerramento da Ação Fiscal.

Seção II

Da Apreensão de Bens, Livros e Documentos

Art. 56. Poderão ser apreendidos os bens móveis, inclusive mercadorias, livros ou documentos em poder do sujeito passivo, do responsável ou de terceiros, que constituam prova material de infração estabelecida na legislação tributária.

Art. 57. Da apreensão lavrar-se-á auto contendo os elementos caracterizadores da infração, cabendo ainda, a aferição por parte da autoridade fiscal da regularidade do infrator perante o Cadastro Mercantil, nos termos previstos no art. 28 desta Lei.

Parágrafo único. Do auto de apreensão constará a descrição dos bens, mercadorias, livros ou documentos apreendidos; a indicação do lugar onde ficarão depositados; o nome do depositário, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idôneo, a juízo da autoridade fiscal autuante.

Art. 58. Os livros ou documentos apreendidos poderão, a requerimento do autuado, ser-lhe devolvidos, mediante recibo, ficando no processo cópia de inteiro teor da parte que deve fazer prova, caso o original não seja indispensável a esse fim.

Parágrafo único. Os bens apreendidos serão restituídos, a requerimento, mediante depósito das quantias exigíveis, cuja importância será arbitrada pela autoridade competente, e passado recibo, ficando retidos, até decisão final, os espécimes necessários à prova.

Art. 59. Se o autuado não provar o preenchimento das exigências legais para liberação dos bens apreendidos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da apreensão, serão os bens levados a leilão, ou doados a entidades assistenciais ou filantrópicas, ou destinado à destruição, a critério da autoridade competente.

§ 1º. Quando a apreensão recair em bens de fácil deterioração, o leilão poderá ser dispensado, sendo feita doação dos mesmos a entidades assistenciais filantrópicas.

§ 2º. Ao órgão de vigilância sanitária compete o exame sanitário dos bens de que trata o § 1º deste artigo, bem como a decisão de inutilizá-los, quando for o caso.

§ 3º. Apurando-se, na alienação, importância superior ao tributo, à multa e acréscimos devidos, será o autuado notificado para receber o excedente.

CAPÍTULO V
DOS ATOS INICIAIS

Seção I

Da Notificação para Recolhimento de Débito Verificado

Art. 60. Verificando-se omissão não dolosa de pagamento do tributo, ou qualquer infração à legislação tributária, de que possa resultar evasão de receita, será expedida contra o infrator notificação para que, no prazo de trinta (30) dias, recolha o débito ou regularize a situação, observado o disposto nesta lei.

Parágrafo único. Lavrar-se-á imediatamente, auto de infração quando o sujeito passivo se recusar a tomar conhecimento da notificação preliminar.

Art. 61. Não caberá notificação preliminar, devendo o sujeito passivo ser imediatamente autuado:

- I. Quando for encontrado no exercício da atividade tributável sem prévia inscrição;
- II. Quando houver provas de tentativa para eximir-se ou furtar-se ao pagamento do tributo;
- III. Quando for manifesto o ânimo de sonegar;
- IV. Quando for reincidente, contando-se para caracterização da reincidência o prazo máximo de cinco anos desde a última notificação.

Seção II

Do Auto de infração

Art. 62. Verificando-se violação da legislação tributária, por ação ou omissão, ainda que não importe em evasão fiscal, lavrar-se-á o auto de infração correspondente, em duas ou mais vias, sendo a primeira entregue ao infrator.

Art. 63. O auto de infração será lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, e deverá:

- I. Mencionar o local, o dia e hora da lavratura;
- II. Conter o nome do autuado e endereço, CPF ou CNPJ conforme o caso, e, quando existir, o número de inscrição no Cadastro Fiscal Mobiliário;
- III. Referir-se ao nome e endereço das testemunhas, se houver;
- IV. Descrever o fato que constitui a infração e as circunstâncias pertinentes;
- V. Indicar o dispositivo legal ou regulamentar violado e o da penalidade aplicável;
- VI. Fazer referência ao termo de fiscalização em que se consignou a infração, quando for o caso;
- VII. Conter intimação ao infrator para pagar os tributos, multas e acréscimos devidos, ou apresentar defesa e provas no prazo previsto de 30 (trinta) dias;
- VIII. Assinatura do autuante aposta sobre a indicação de seu cargo ou função;
- IX. Assinatura do próprio autuado ou infrator, ou de representante, mandatário ou preposto, ou da menção da circunstância de que houve impossibilidade ou recusa de assinatura.

§ 1º. As omissões ou incorreções do auto de infração não acarretarão nulidade quando do processo constar elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

§ 2º. A assinatura do autuado não constitui formalidade essencial à validade do auto de infração; não implica confissão, nem a sua falta ou recusa agravará a pena.

§ 3º. Havendo reformulação ou alteração do auto de infração, será devolvido o prazo para pagamento e defesa do autuado.

§ 4º. A lavratura de auto de infração compete privativamente ao Agente Fiscal.

§ 5º. O cancelamento ou arquivamento do auto de infração depende de despacho fundamentado de autoridade competente.

Art. 64. Não sendo possível a intimação na forma do inciso IX, do art. 63 aplicar-se-á o disposto no art. 41, ambos desta Lei.

CAPÍTULO VI

DA CONSULTA

Art. 65. Ao contribuinte ou responsável, ou a qualquer pessoa que tenha legítimo interesse na situação relacionada com a legislação tributária, é assegurado o direito de consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária municipal, desde que protocolada antes do início da ação fiscal e com obediência às normas adiante estabelecidas.

Art. 66. A consulta será formulada através de petição dirigida ao responsável da unidade administrativa, com a apresentação clara e precisa de todos os elementos indispensáveis ao entendimento da situação de fato e com a indicação dos dispositivos legais aplicados, instruída, se necessário, com os documentos.

Parágrafo único. O consulente deverá elucidar se a consulta versa sobre hipótese em relação a qual ocorreu o fato gerador da obrigação tributária, e, em caso positivo, a sua data.

Art. 67. Nenhum procedimento fiscal será instaurado contra o contribuinte responsável relativamente à espécie consultada, a partir da apresentação da consulta, até o vigésimo dia subsequente à data da ciência da resposta.

Art. 68. A resposta à consulta formulada será efetuada pelo responsável do órgão correspondente, no prazo de até 90 (noventa) dias.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo único. Poderá ser solicitada a emissão de parecer e a realização de diligências, hipótese em que o prazo referido no *caput* será interrompido, começando a fluir no dia em que o resultado das diligências ou pareceres, for recebido pela autoridade competente.

Art. 69. Não produzirá efeito a consulta formulada:

- I. Em desacordo com o disposto no art. 66 desta Lei;
- II. Por quem estiver sob procedimento fiscal instaurado para apurar fatos que se relacionem com a matéria consultada;
- III. Por quem tiver sido intimado a cumprir obrigação relativa ao fato objeto da consulta;
- IV. Quando o fato já tiver sido objeto de decisão, anterior, ainda não modificada, proferida em consulta ou litígio, em que tenha sido parte o consulente;
- V. Quando o fato estiver definido ou declarado claramente em disposição literal da lei tributária.
- VI. Quando não descrever, completa e exatamente, a hipótese a que se referir ou não contiver os elementos necessários à solução, salvo se a inexatidão ou omissão for escusável a critério da autoridade julgadora.

Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, a consulta será declarada ineficaz, determinado o seu arquivamento.

Art. 70. Quando a resposta à consulta confirmar a exigibilidade de obrigação tributária, cujo fato gerador já tiver ocorrido, a autoridade julgadora intimará o consulente para ciência da decisão. O consulente terá o prazo de 20 (vinte) dias para regularizar a situação, objeto da consulta, findo os quais ficará sujeito à ação fiscal e às penalidades cabíveis.

Parágrafo único. Não cabe pedido de reconsideração ou recurso de decisão proferida em processo de consulta.

CAPÍTULO VII

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

Seção I

Das Normas Gerais

Art. 71. Fica assegurada, ao contribuinte, responsável, autuado ou interessado, a plena garantia ampla de defesa e prova, sendo o julgamento dos atos e defesas de competência:

- I. Em primeira instância, do responsável pela Diretoria de Receita da Secretaria Municipal de Finanças;
- II. Em segunda instância, do Conselho Municipal de Contribuintes (CMC).

Parágrafo único. Enquanto não for constituído o Conselho Municipal de Contribuintes, o Secretário de Finanças decidirá em segunda instância.

Art. 72. O Conselho Municipal de Contribuintes (CMC) será composto por quatro membros:

- I. Dois membros da Prefeitura sendo um da Secretaria Municipal de Finanças indicados pelo Prefeito;
- II. Dois representantes da sociedade civil organizada, indicados pelo prefeito preferencialmente escolhidos entre indicações de órgãos classistas representante de setores da indústria, comércio ou serviços;

§ 1º. Os componentes do Conselho Municipal de Contribuintes não serão remunerados para o exercício dessa função.

§ 2º. As normas do Conselho Municipal de Contribuintes serão regulamentadas por decreto.

§ 3º. O mandato dos componentes do Conselho Municipal de Contribuintes será de um ano, com direito a uma recondução.

§ 4º. Para cada membro efetivo será nomeado um membro suplente.

Art. 73. A interposição de impugnação, defesa ou recurso independe de garantia de instância.

Art. 74. Poderão ser restituídos os documentos apresentados pela parte, mediante recibo, desde que não prejudiquem a decisão, exigindo-se a sua substituição por cópias autenticadas por servidor municipal.

Art. 75. Quando, no decorrer do processo de uma ação fiscal, forem apurados novos fatos, envolvendo a parte ou outras pessoas, ser-lhes-á marcado novo ou igual prazo para apresentação de defesa, no mesmo processo.

Art. 76. As decisões do Conselho Municipal de Contribuintes poderão ser revistas pelo Prefeito, mediante representação do Secretário de Finanças quando forem contrárias a administração municipal e cumulativamente:

- I. Violarem disposição literal de lei;
- II. Forem opostas as decisões pacificadas pelo Poder Judiciário;
- III. Forem contrárias a disposição da Constituição Federal ou as normas gerais de direito tributário;
- IV. Violarem direito adquirido, ato jurídico perfeito ou coisa julgada;
- V. Prejudicarem interesse público em favor de particular.

Seção II

Da Impugnação

Art. 77. O sujeito passivo poderá impugnar a exigência fiscal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do lançamento ou da intimação do auto de infração, mediante petição escrita, instruída com os documentos comprobatórios necessários.

§ 1º. A petição de que trata o *caput* poderá ser feita por meio eletrônico, conforme dispuser o regulamento.

§ 2º. A reclamação suspende a exigibilidade do crédito tributário.

§ 3º. O impugnante poderá fazer-se representar por procurador legalmente constituído.

Art. 78. A impugnação da exigência instaura a fase litigiosa do procedimento e mencionará:

- I. A autoridade julgadora a quem é dirigida;
- II. A qualificação do impugnante e o número de inscrição no cadastro fiscal do Município se houver;
- III. A identificação da notificação de lançamento, do auto de infração ou do termo de apreensão;
- IV. A perfeita identificação do imóvel a que se refere o lançamento impugnado se for o caso;
- V. Os motivos de fato e de direito em que se fundamentam os pontos de discordância e as razões e provas que possui;
- VI. As diligências que o impugnante pretenda sejam efetuadas, desde que justificada a sua necessidade;
- VII. O objetivo visado, formulado de modo claro e preciso.

Parágrafo único. Considera-se não impugnada a matéria que não tenha sido expressamente contestada pelo impugnante.

Art. 79. Protocolada a impugnação, o processo será encaminhado à Diretoria competente para manifestação e contrarrazões.

§ 1º. As impugnações apresentadas, dependendo da natureza do tributo questionado serão apreciadas pelo órgão de Fiscalização Tributária.

§ 2º. A repartição competente poderá determinar a revisão de ofício do lançamento impugnado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

GABINETE DO PREFEITO

Art. 80. A autoridade julgadora proferirá despacho, resolvendo todas as questões debatidas, declarando a procedência ou a improcedência da impugnação.

Art. 81. A decisão contrária à Fazenda Municipal estará sujeita a um único reexame necessário, com efeito suspensivo, quando o crédito fiscal for reduzido ou cancelado, em montante igual ou superior ao estabelecido no art. 82, I, desta Lei.

Parágrafo único. O reexame necessário será apreciado pela autoridade imediatamente superior àquela que houver proferido a decisão reexaminada.

Seção III

Do Recurso

Art. 82. Das decisões de primeira instância, cabe recurso ao Conselho Municipal de Contribuintes (CMC), ou ao Secretário de Finanças, caso o Conselho não tenha sido criado.

- I. De ofício, quando as decisões forem contrárias à Administração Fazendária e o valor dos créditos for igual ou superior a vinte vezes o valor de que trata o art. 17.
- II. Pelo sujeito passivo, dentro de 30 (trinta) dias, contados da notificação ou ciência da decisão de primeira instância.

Parágrafo único. O recurso poderá ser interposto contra toda a decisão ou parte dela.

Seção IV

Da Execução das Decisões

Art. 83. São definitivas:

- I. As decisões finais de primeira instância não sujeitas ao recurso de ofício, e quando esgotado o prazo para recurso voluntário, sem que esse tenha sido interposto;
- II. As decisões finais de segunda instância.

§ 1º. Tornar-se-á definitiva, desde logo, a parte da decisão que não tenha sido objeto de recurso, nos casos de recurso voluntário parcial.

§ 2º. Nos casos de decisão contrária à Fazenda Municipal, sendo declarado extinto o processo em decorrência da não interposição de recurso voluntário por parte da autoridade competente, esta responderá pelo dano causado, observando-se o disposto nos arts. 93, 94 e 95 desta Lei.

Art. 84. Transitada em julgado administrativamente a decisão desfavorável ao contribuinte, responsável, ou autuado, o processo será remetido ao setor competente, para a adoção das seguintes providências, quando cabíveis:

- I. Intimação do contribuinte, do responsável, do autuado, para que recolha os tributos e multas devidas, com seus acréscimos, no prazo de 30 (trinta) dias;
- II. Conversão em renda das importâncias depositadas em dinheiro;
- III. Remessa para a inscrição e cobrança da dívida;
- IV. Liberação dos bens, mercadorias, livros ou documentos apreendidos ou depositados.

Art. 85. Transitada em julgado administrativamente a decisão favorável ao contribuinte, responsável ou autuado, o processo será remetido ao setor competente para restituição dos tributos e penalidades porventura pagos.

Art. 86. Os processos somente poderão ser arquivados com o respectivo despacho da autoridade competente.

Parágrafo único. Os processos encerrados serão mantidos pela Fazenda Municipal, pelo prazo de 5 (cinco) anos da data do despacho de seu arquivamento, após o que serão inutilizados.

CAPÍTULO VIII

DOS DIREITOS DO CONTRIBUINTE

Seção I

Dos Direitos

Art. 87. São direitos do contribuinte:

- I. Igualdade de tratamento, com respeito e urbanidade, em qualquer repartição administrativa ou fazendária do Município;
- II. Acesso aos dados e informações, de seu interesse, registrados nos sistemas de tributação, arrecadação e fiscalização, e o fornecimento de certidões, se solicitadas;
- III. Efetiva educação tributária e a orientação sobre procedimentos administrativos;
- IV. Identificação do servidor nas repartições administrativas e fazendárias e nas ações fiscais;
- V. Apresentação de ordem de serviço nas ações fiscais, dispensada essa nos casos de flagrantes e irregularidades constatadas pelo fisco, nas correspondentes ações fiscais continuadas nas empresas inclusive;
- VI. recebimento de comprovante detalhado dos documentos, livros e mercadorias entregues à fiscalização ou por ela apreendidos;
- VII. informação sobre os prazos de pagamento e reduções de multa, quando autuado;
Faculdade de, independentemente do pagamento de taxas, apresentar petição aos órgãos públicos para defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;
- VIII. Obtenção de certidões em repartições públicas para defesa de direitos e esclarecimento de situações de seu interesse, observado o prazo de 15 (quinze) dias pela autoridade competente para fornecimento das informações e certidões solicitadas;
- IX. Ampla defesa no âmbito do processo administrativo e judicial e a reparação dos danos causados aos seus direitos;

Parágrafo único. Na hipótese de recusa da exibição de mercadorias, livros e documentos, a fiscalização poderá lacrar os móveis ou depósitos em que possivelmente eles estejam, lavrando termo desse procedimento, do qual deixará cópia com o contribuinte, solicitando, de imediato, à autoridade administrativa a que estiver subordinada as providências necessárias para que se faça a exibição judicial.

Art. 88. O contribuinte tem direito de gerir seu próprio negócio, sob o regime da livre iniciativa, sendo vedada a divulgação, para qualquer fim, por parte da Fazenda Municipal ou de seus funcionários, de qualquer informação, obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios e atividades.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto neste artigo os casos previstos no Código Tributário Nacional e os de requisição regular da autoridade judiciária no interesse da justiça.

Art. 89. A Administração Municipal assegurará aos sujeitos passivos o pleno acesso às informações acerca das normas tributárias e da interpretação que oficialmente lhes atribua.

Parágrafo único. Em função do disposto neste artigo, o Poder Executivo deverá divulgar através da internet, ou em publicações periódicas, a legislação tributária do Município, informações gerais sobre os tributos exigidos e respostas sobre perguntas genéricas de interesse geral.

Art. 90. A Administração Pública não poderá impor ao contribuinte obrigações que decorram de fatos alcançados pela prescrição.

Art. 91. O contribuinte, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados cadastrais à qual não deu causa, poderá exigir sua imediata correção, sem quaisquer ônus, devendo o órgão competente providenciá-la no prazo de 10 (dez) dias e comunicar a alteração ao requerente no prazo de 30 (trinta) dias.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

GABINETE DO PREFEITO

Art. 92. Os direitos previstos nesta Lei não excluem outros decorrentes de tratados ou convenções, da legislação ordinária, de regulamentos expedidos pelas autoridades competentes, bem como os que derivem da analogia, dos costumes e dos princípios gerais do direito.

CAPÍTULO IX

DA RESPONSABILIDADE DOS AGENTES FISCAIS TRIBUTÁRIOS

Art. 93. O agente fiscal tributário que, em função do cargo exercido, tendo conhecimento de infração à legislação tributária, deixar de lavrar e encaminhar o auto de infração competente será responsável pecuniariamente pelo prejuízo causado à Fazenda Municipal, desde que a omissão por dolo e a responsabilidade sejam apuradas enquanto não extinto o direito da Fazenda Municipal.

§ 1º. Igualmente será responsável a autoridade ou servidor público que, dolosamente, deixar de dar andamento aos processos administrativos tributários, ou quando o fizer fora dos prazos estabelecidos, ou mandar arquivá-los antes de findos e sem causa justificada e não fundamentado o despacho na legislação vigente à época da determinação do arquivamento.

§ 2º. A responsabilidade, no caso deste artigo, é pessoal e independente do cargo ou função exercido, sem prejuízo de outras sanções administrativas e penais cabíveis à espécie.

Art. 94. Nas hipóteses previstas no art. 93 desta Lei, ao responsável, e, se mais de um houver, independentemente uns dos outros, será cominada a pena de multa de valor igual à aplicável ao contribuinte, responsável ou infrator, sem prejuízo da obrigatoriedade do recolhimento do tributo.

§ 1º. A pena prevista neste artigo será imposta pela autoridade administrativa competente, por meio de despacho no processo administrativo relativo à apuração de responsabilidade do servidor público, observando-se o princípio do contraditório e da ampla defesa.

§ 2º. Na hipótese do valor da multa e tributos não arrecadados por culpa do servidor público ser superior a 10% (dez por cento) do total percebido mensalmente por ele a título de remuneração, o responsável pela unidade administrativa de Finanças determinará o recolhimento parcelado, de modo que de uma só vez não seja recolhida importância excedente àquele limite.

Art. 95. Consideradas as circunstâncias especiais em que foi praticada a omissão do agente fiscal, ou os motivos por que deixou de promover a arrecadação de tributos conforme fixados em regulamento, o responsável pela unidade administrativa de Finanças, após a aplicação de multa, poderá dispensá-lo do pagamento desta.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 96. A expressão "Fazenda Municipal", sem outra qualificação, quando empregada nesta Lei, abrange a Fazenda Pública do Município.

Art. 97. Os prazos fixados nesta Lei ou na legislação tributária serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia de início e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo único. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição em que tramite o processo ou deva ser praticado o ato.

Art. 98. O Poder Executivo Municipal expedirá, por decreto, dentro de 90 (noventa) dias da entrada em vigor desta Lei, a regulamentação relativa a cada um dos tributos, quando for o caso, sem prejuízo da obrigatoriedade de seu recolhimento.

LIVRO II
DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL
TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 99. Esta Lei Complementar dispõe sobre fatos geradores, contribuintes, responsáveis, base de cálculo, alíquotas, lançamento e arrecadação de cada tributo, disciplinando a aplicação de penalidades e a concessão de isenções.

Art. 100. Aplicam-se, às relações entre a Fazenda Municipal e os contribuintes, as normas gerais, de direito tributário, constantes desta Lei e do Código Tributário Nacional.

Art. 101. Compõem o Sistema Tributário do Município:

I. Impostos:

- 1 a) sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;
- b) sobre Transmissão "Inter Vivos", a qualquer título, por ato oneroso de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como a cessão de direitos à sua aquisição;

- 1 c) sobre Serviço de Qualquer Natureza.

II. Taxas decorrentes do efetivo exercício do poder de polícia administrativa:

- a) de Fiscalização da Licença para Localização e Funcionamento;
- b) de Fiscalização da Licença para o Exercício da Atividade de Comércio Ambulante ou Eventual;
- c) de Fiscalização da Licença para Execução de Obras de Construção Civil e Similares;
- d) de Fiscalização da Licença para a Ocupação e Permanência em áreas, nas Vias, Logradouros e Passeios Públicos e Feiras Livres;
- e) de Fiscalização da Licença de Funcionamento de Vigilância Sanitária;
- f) de Fiscalização da Licença de Publicidade e Propaganda.

III. Taxas decorrentes da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, prestados aos contribuintes ou postos à sua disposição, referente à coleta de lixo, limpeza, manutenção e conservação das vias e logradouros públicos;

IV. Contribuição de Melhoria.

Art. 102. Para serviços cuja natureza não comporte a cobrança de taxas serão estabelecidos, pelo Executivo, preços e tarifas públicas, conforme dispuser a legislação.

TÍTULO II
DOS IMPOSTOS
CAPÍTULO I
DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL URBANA
E PREDIAL

Seção I

Do Fato Gerador e do Contribuinte

Art. 103. O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel localizado na zona urbana do Município, observando-se o disposto no art. 105.

Parágrafo único. Considera-se ocorrido o fato gerador, para todos os efeitos legais, em 1º de janeiro de cada ano.

Art. 104. O contribuinte do imposto é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor do bem imóvel, a qualquer título.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se ao espólio das pessoas nele referidas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

GABINETE DO PREFEITO

Art. 105. As zonas urbanas, para os efeitos deste imposto, são aquelas fixadas por lei, nas quais existam pelo menos dois dos seguintes melhoramentos, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

- I. Meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- II. Abastecimento de água;
- III. Sistema de esgotos sanitários;
- IV. Rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
- V. Escola primária ou posto de saúde, a uma distância máxima de três quilômetros do imóvel considerado.

Parágrafo único. São consideradas zonas urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, ao comércio ou à indústria, mesmo que localizados fora das zonas definidas no *caput* deste artigo.

Art. 106. O imposto também é devido pelos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de bem imóvel localizado fora da zona urbana, que seja utilizado como sítio ou chácara de recreio, ainda que não possua os melhoramentos previstos no art. 106.

Art. 107. O imposto não é devido pelos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de bem imóvel localizado na zona rural do Município, ainda que possua edificações comerciais, industriais ou residenciais, cuja destinação econômica seja agropecuária.

Art. 108. O imposto não é devido pelos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de imóvel que, mesmo localizado na zona urbana, seja utilizado, comprovadamente, em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial.

§ 1º. A não incidência se limitará à área efetivamente utilizada nos fins indicados no artigo. A parcela eventualmente não utilizada estará sujeita ao imposto.

§ 2º. Para fruir do benefício previsto neste artigo o contribuinte deverá:

- I. Requerê-lo na forma do art. 134 e parágrafo único;
- II. Juntar ao requerimento comprovante de:
 - 1 a) cadastro de produtor rural;
 - b) pagamento do Imposto Territorial Rural.

Art. 109. Os imóveis utilizados para atividades industriais ou comerciais, mesmo não integrando loteamentos aprovados, serão considerados como pertencentes à zona urbana, para fins de incidência do imposto.

Seção II

Da Base de Cálculo e da Alíquota

Art. 110. A base de cálculo do imposto é o valor venal do bem imóvel, ao qual se aplicam as alíquotas de:

- I. Imóvel sem edificação: 2 % (dois por cento);
- II. Imóvel com edificação: 1,0% (um por cento).

Parágrafo único. Os imóveis cuja área edificada seja inferior a 20% (vinte por cento) da área do terreno serão tributados pela alíquota disciplinada no inciso I deste artigo.

Art. 111. Na determinação do valor venal dos imóveis não serão considerados:

- I. O valor dos bens móveis neles mantidos em caráter permanente para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade;
- II. As vinculações restritivas do direito de propriedade e o estado de comunhão;
- III. O valor das construções, nas hipóteses previstas nos incisos I a III do art. 112.

Art. 112. Para os efeitos deste imposto, considera-se sem edificação o imóvel que contenha:

- I. Construção provisória que possa ser removida sem destruição ou alteração;
- II. Construção em ruínas, em demolição, condenada ou interdita;

III. Construção que a autoridade competente considere inadequada, quanto à área ocupada, para a destinação ou utilização pretendida.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os terrenos com edificações irregulares perante o órgão de controle urbano do Município e perante o cadastro imobiliário serão tributados com a alíquota prevista no inciso I do art. 110.

Art. 113. O valor venal do imóvel será determinado mediante os seguintes critérios:

- I. Tratando-se de imóvel sem edificações, pela multiplicação de sua área, ou de sua parte ideal, pelo valor do metro quadrado do terreno, aplicados os fatores de correção;
- II. Tratando-se de imóvel com edificações, pela soma do valor do terreno, ou de sua parte ideal, obtido nas condições fixadas no inciso anterior, com o das edificações, sendo o valor destas o resultante da multiplicação da área construída pelo valor unitário do metro quadrado de construção correspondente ao tipo e padrão, aplicados os fatores de correção.

Parágrafo único. No caso de imóveis com edificações irregulares, o valor venal será determinado na forma do inciso II deste artigo, combinado com I do art. 110.

Art. 114. Constitui instrumento para apuração da base de cálculo do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, a planta genérica de valores contendo:

- I. Os critérios para avaliação dos terrenos e edificações;
- II. Os valores unitários do metro quadrado de terreno, de acordo com a localização;
- III. Os valores unitários do metro quadrado de edificação, segundo o tipo e o padrão desta;
- IV. Os fatores de correção e respectivos critérios de aplicação.

Parágrafo único. Não sendo editada nova planta de valores, a base de cálculo de que trata este artigo será atualizada, anualmente, de acordo com o disposto no artigo 6º. desta Lei.

Art. 115. O imposto incidirá sobre as construções concluídas, independentemente da concessão da "Certidão de Conclusão de Obra" ou "Habite-se".

Seção III

Da Inscrição

Art. 116. A inscrição no Cadastro Fiscal Imobiliário é obrigatória, devendo ser promovida, separadamente, para cada bem imóvel de que o contribuinte seja proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, mesmo que seja beneficiado por imunidade ou isenção.

Parágrafo único. Tratando-se de imóvel sem edificações, são sujeitas a uma só inscrição, requerida com a apresentação de planta ou croqui:

- I. As glebas sem quaisquer melhoramentos;
- II. As quadras indivisas das áreas arruadas.

Art. 117. O contribuinte é obrigado a promover a inscrição ou sua alteração, em formulário próprio, no qual, sob sua responsabilidade, declarará os dados e informações exigidos pelo Município, pertinentes ao imóvel, nos seguintes prazos e situações:

- I. Tratando-se de imóvel sem edificações:
 - a) de 30 (trinta) dias, contados da:
 1. Convocação eventualmente feita pela Prefeitura;
 2. Demolição ou perecimento das edificações ou construções existentes no terreno;
 - b) de 90 (noventa) dias, contados da:
 1. Aquisição ou promessa de compra do terreno;
 2. Posse do terreno exercida a justo título.
- II. Tratando-se de imóvel com edificações:
 - a) de 30 (trinta) dias, contados da:
 1. Convocação eventualmente feita pela Prefeitura;
 2. Conclusão ou ocupação da construção;

b) de 90 (noventa) dias, contados da:

1. Aquisição ou promessa de compra da edificação;
2. Posse da edificação exercida a justo título.

Art. 118. Os responsáveis pelo parcelamento do solo ficam obrigados a fornecer, até 31 de outubro de cada ano, ao Cadastro Fiscal Imobiliário, relação dos lotes que tenham sido alienados definitivamente, ou mediante compromisso de compra e venda, apresentando cópia das respectivas matrículas do Registro de Imóveis, ou contrato de compra e venda dos imóveis já comercializados e seus respectivos endereços para correspondência, a fim de ser feita a devida anotação no Cadastro.

Art. 119. Os responsáveis pelas edificações em condomínio ficam obrigados a fornecer, dentro de 30 (trinta) dias da data da expedição do "habite-se", ao Cadastro Fiscal Imobiliário, cópia da instituição e especificação de condomínio inscrita no Registro de Imóveis competente e cópia das matrículas do Registro de Imóveis ou contrato de compra e venda dos imóveis já comercializados e respectivos endereços para correspondência dos adquirentes das unidades autônomas.

Art. 120. O contribuinte omissos será inscrito de ofício, observado o disposto no art. 130.

Parágrafo único. Equipara-se ao contribuinte omissos o que apresentar formulário de inscrição com informações falsas, erros ou omissões dolosas, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

Seção IV

Do Lançamento

Art. 121. O imposto será lançado anualmente, observando-se o estado do imóvel na data de ocorrência do fato gerador.

§ 1º Tratando-se de construções concluídas durante o exercício, novo lançamento do imposto sobre a edificação será feito *pro rata* a partir da data em que a unidade competente expedir o certificado de regularização pertinente, ou àquele em que a mesma seja parcial ou totalmente ocupada ou ainda que esteja em condições de habitabilidade dispensando-se a fração de um mês.

§ 2º Tratando-se de construções demolidas durante o exercício, novo lançamento do imposto será feito *pro rata* a partir da data de protocolo do requerimento de alteração cadastral, ressalvada a comprovação da veracidade das informações pelo órgão de cadastro imobiliário.

Art. 122. O imposto será lançado em nome do contribuinte que constar da inscrição.

§ 1º. No caso de imóvel objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento será efetuado em nome do promitente vendedor e do promissário comprador, com responsabilidade solidária.

§ 2º. Tratando-se de imóvel que seja objeto de enfiteuse, usufruto ou fideicomisso, o lançamento será feito em nome do enfiteuta, do usufrutuário, do fiduciário, ou de qualquer outro que tenha direito real sobre o imóvel.

Art. 123. Nos casos de propriedade em comum, o imposto será lançado em nome de um dos co-proprietários, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais pelo pagamento do tributo.

Art. 124. O lançamento do imposto será distinto, um para cada unidade autônoma, ainda que contíguas ou vizinhas e de propriedade do mesmo contribuinte.

§ 1º. Nos casos de loteamentos, desmembramentos, desdobros e outros da espécie, já inscritos no Registro de Imóveis, o lançamento do imposto será individualizado por lote, independentemente de estarem aprovados pela Prefeitura.

§ 2º. Os lançamentos de que trata o § 1º deste artigo não geram quaisquer direitos relativos ao parcelamento do solo e ao direito de construir, sem o cumprimento da legislação pertinente, restringindo-se apenas, aos efeitos tributários.

§ 3º. Relativamente a cada unidade autônoma, o contribuinte será identificado, para efeitos fiscais, pelo número de inscrição no Cadastro Fiscal Imobiliário.

Art. 125. Enquanto não extinto o direito da Fazenda Municipal, o lançamento poderá ser revisto, de ofício, aplicando-se, para revisão, as normas gerais pertinentes.

§ 1º. O pagamento da obrigação tributária objeto de lançamento anterior será considerado como pagamento parcial do total devido pelo contribuinte em consequência de revisão de que trata este artigo.

§ 2º. O lançamento retificador, resultante de revisão, cancela o lançamento anterior.

Art. 126. O imposto será lançado e exigido independentemente da regularidade jurídica do título de propriedade, domínio útil ou posse do terreno, ou da satisfação de quaisquer exigências administrativas para a utilização do imóvel.

Art. 127. O aviso de lançamento será entregue no domicílio tributário do contribuinte, considerando-se como tal o local indicado pelo mesmo.

Parágrafo único. A notificação será feita por qualquer das formas adiante descritas:

- I. por edital, integral ou resumido, afixado no local de costume na sede da Prefeitura Municipal de Timbaúba;
- II. Pessoalmente por prepostos do Município ou por via postal, entregue a familiar, representante, preposto, inquilino ou empregado do contribuinte, bem como nas portarias de edifícios ou de empresas;
- III. Citação por correio eletrônico.

Seção V

Da Arrecadação

Art. 128. O imposto será pago de uma só vez ou parceladamente, na forma e nos prazos regulamentares.

Parágrafo único. Em caso de pagamento em parcelas, o número delas será de no máximo 10 (dez) observando-se entre o vencimento de uma e outra, intervalo não inferior a 30 (trinta) dias.

Art. 129. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder desconto, de até 10 % (dez por cento) sobre o imposto lançado, para ser utilizado pelo contribuinte que optar por pagamento em parcela única, desde que efetuado no prazo específico, constante da notificação.

Art. 130. O pagamento do imposto não implica no reconhecimento, pela Prefeitura, para quaisquer fins, da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do imóvel.

Seção VI

Da Imunidade

Art. 131. Para o reconhecimento de imunidades, as pessoas jurídicas deverão comprovar:

- a) ato constitutivo devidamente registrado;
- b) utilização do imóvel para os fins estatutários;
- c) funcionamento regular;
- d) cumprimento das obrigações estatutárias;
- e) propriedade do imóvel;
- f) regular escrituração contábil e fiscal.

CAPÍTULO II

DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO "INTERVIVOS", A QUALQUER TÍTULO, POR ATO ONEROSO, DE BENS IMÓVEIS, POR NATUREZA OU ACESSÃO FÍSICA E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS, EXCETO OS DE GARANTIA, BEM COMO CESSÃO DE DIREITOS A SUA AQUISIÇÃO.

Seção I

Do Fato Gerador

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

GABINETE DO PREFEITO

Art. 132. O imposto sobre Transmissão 'Inter Vivos', a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição tem como fato gerador:

- I. A transmissão de bem imóvel por natureza ou por acessão física;
- II. A transmissão de direitos reais sobre bens imóveis, exceto os direitos reais de garantia;
- III. A cessão de direitos relativos à aquisição de bens imóveis.

Art. 133. O imposto incidirá especificamente sobre as seguintes mutações patrimoniais:

- I. A compra e venda, pura e condicional, e atos equivalentes;
- II. A dação em pagamento;
- III. A permuta;
- IV. O mandato em causa própria, ou com poderes equivalentes, para a transmissão de bem imóvel e respectivo substabelecimento, ressalvado o caso de o mandatário receber a escritura definitiva do imóvel;
- V. A arrematação, a adjudicação e a remição;
- VI. As divisões de patrimônio comum ou partilha, quando for atribuído a um dos cônjuges, separado ou divorciado, valor de bens imóveis acima da respectiva meação, com pagamento da outra parte;
- VII. As divisões para extinção de condomínio de bem imóvel, quando for recebida por qualquer condômino quota-parte material cujo valor seja maior do que o de sua quota-parte ideal;
- VIII. O usufruto;
- IX. As rendas expressamente constituídas sobre bem imóvel;
- X. A cessão de direitos do arrematante ou adjudicatário, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;
- XI. A cessão de direitos decorrentes de compromisso de compra e venda e de promessa de cessão;
- XII. A cessão de direitos de concessão real do uso;
- XIII. A cessão de direitos de posse para efeito da usucapião;
- XIV. A cessão de direitos de usufruto;
- XV. A cessão de direitos à sucessão;
- XVI. A cessão de benfeitorias e construções em terreno compromissado à venda ou alheio;
- XVII. A acessão física quando houver pagamento de indenização;
- XVIII. A cessão de direitos possessórios;
- XIX. A promessa de transmissão de propriedade, através de compromisso devidamente quitado;
- XX. Incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica, ressalvados os casos previstos nos incisos I e II do art. 135;
- XXI. Transferência do patrimônio de pessoa jurídica para o de qualquer um de seus sócios, acionistas ou respectivos sucessores;
- XXII. Instituição e extinção de direito de superfície;
- XXIII. Qualquer ato judicial ou extrajudicial "inter vivos", não especificado neste artigo, que importe ou se resolva em transmissão, a título oneroso, de bens imóveis, exceto os de garantia;
- XXIV. Cessão de direitos relativos aos atos mencionados no inciso anterior.

§ 1º. Será devido novo imposto:

- I. Quando o vendedor exercer o direito de prelação;
- II. No pacto de melhor comprador;
- III. Na retrocessão;
- IV. Na retrovenda.

§ 2º. Equipara-se ao contrato de compra e venda, para efeitos fiscais:

- I. A permuta de bens imóveis por bens e direitos de outra natureza, inclusive nos casos em que a co-propriedade se tenha estabelecido pelo mesmo título aquisitivo ou em bens contíguos;
- II. A permuta de bens imóveis por outros quaisquer bens situados fora do território do Município;
- III. A transação em que seja reconhecido direito que implique transmissão de imóvel ou de direitos a ele relativos.

Seção II

Da Não Incidência

Art. 134. O imposto não incide sobre a transmissão de bens imóveis ou direitos a eles relativos quando:

- I. Efetuada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital;
- II. Decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica;
- III. No substabelecimento de procuração em causa própria ou com poderes equivalentes que se fizer para o efeito de receber o mandatário a escritura definitiva do imóvel;
- IV. Na retrovenda, perempção ou retrocessão, bem como nas transmissões clausuladas com pacto de melhor comprador ou comissário, quando voltem os bens ao domínio do alienante, por força de estipulação contratual ou falta de destinação do imóvel desapropriado, não se restituindo o imposto pago.

Parágrafo único. O disposto nos incisos I e II deste artigo não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a compra e venda de bens imóveis ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

Seção III

Da Base de Cálculo e da Alíquota

Art. 135. A base de cálculo do imposto é o valor da transmissão dos bens ou direitos constantes do respectivo instrumento, respeitado, no mínimo, o valor venal do imóvel, corrigido monetariamente à data da transmissão.

§ 1º. O valor venal do imóvel urbano é aquele definido pela planta genérica de valores do município, no dia 1º de janeiro de cada exercício.

§ 2º. O valor venal do imóvel rural é aquele declarado para fins de incidência do Imposto sobre a propriedade rural, acrescido das benfeitorias existentes.

§ 3º. Na arrematação ou leilão e na adjudicação de bens imóveis, a base de cálculo será o preço pago, respeitando o valor mínimo de que trata o *caput* deste artigo.

§ 4º. Nas tornas ou reposições a base de cálculo será o valor da fração ideal superior à meação ou à parte ideal, respeitado proporcionalmente o valor mínimo de que trata o artigo.

§ 5º. Nas rendas expressamente constituídas sobre imóveis, a base de cálculo será o valor do negócio ou 30% do valor venal do bem imóvel, se maior.

§ 6º. Na concessão real de uso, a base de cálculo será o valor do negócio jurídico ou 40% (quarenta por cento) do valor venal do bem imóvel, se maior.

§ 7º. No caso de cessão de direitos de usufruto a base de cálculo será o valor do negócio jurídico ou 70% (setenta por cento) do valor venal do bem imóvel, se maior.

§ 8º. No caso de acessão física, a base de cálculo será o valor da indenização ou o valor venal da fração ou acréscimo transmitido, se maior.

§ 9. A impugnação do valor fixado, como base de cálculo do imposto, será endereçada à repartição municipal que efetuar o cálculo, acompanhada de laudo técnico de avaliação devidamente fundamentada.

Art. 136. Para o cálculo do imposto nas transmissões, exclusivamente residenciais, será aplicada a alíquota de 2% (dois por cento).

Seção IV

Do Contribuinte e do Responsável

Art.137. São contribuintes do imposto:

- I. O cessionário ou adquirente dos bens ou direitos cedidos ou transmitidos;
- II. Na permuta, cada um dos permutantes;
- III. Os mandatários.

Art.138. Ficam solidariamente responsáveis, nas transmissões que se efetuarem sem o pagamento do imposto devido, o transmitente, o cedente, o permutante e o mandante, conforme o caso.

Seção V

Da Arrecadação

Art.139. O imposto será pago até a data do ato da lavratura do instrumento de transmissão dos bens imóveis e direitos a eles relativos, exceto nos seguintes casos:

- I. na transferência de imóvel a pessoa jurídica ou desta para seus sócios ou acionistas, ou respectivos sucessores, dentro de 30 (trinta) dias contados da data da assembleia;
- II. na transferência de imóvel de pessoa jurídica para seus sócios, ou acionistas, ou respectivos sucessores, desde que pessoa física, dentro de 30 (trinta) dias contados da data da lavratura da escritura;
- III. na arrematação, em leilão ou hasta pública, na adjudicação ou na remição, dentro de 30 (trinta) dias contados da data em que tiver sido assinado o respectivo auto ou deferida adjudicação, ainda que exista recurso pendente;
- IV. na acessão física, o recolhimento do imposto será efetuado até a data do pagamento da indenização;

Art.140. Nos demais atos judiciais, dentro de 30 (trinta) dias, contados da publicação da sentença que reconheceu o direito, ainda que exista recurso pendente.

Art. 141. Nas promessas ou compromissos de compra e venda, devidamente averbados no Registro de Imóveis, é facultado efetuar-se o pagamento do imposto a qualquer tempo, desde que dentro do prazo fixado para o pagamento do preço do bem imóvel.

§ 1º. Optando-se pela antecipação a que se refere este artigo, tomar-se-á por base o valor total da transação do bem imóvel na data em que for efetuada a antecipação, ficando o contribuinte exonerado do pagamento do imposto sobre o acréscimo do valor verificado no momento da escritura definitiva.

§ 2º. Verificada a redução do valor, não se restituirá a diferença do imposto correspondente.

Art. 142. O imposto, uma vez pago, só será restituído quando:

- I. Da não efetivação do ato por força do qual foi pago;
- II. Da anulação de transmissão decretada pela autoridade judiciária, em decisão definitiva;
- III. Da nulidade do ato jurídico;
- IV. Da rescisão de contrato e desfazimento da arrematação, com fundamento no Código Civil.

Art. 143. Não se restituirá o imposto pago:

- I. quando houver subsequente cessão da promessa ou compromisso, ou quando qualquer das partes exercer o direito de arrependimento, não sendo, em consequência, lavrada a escritura;
- II. aquele que venha perder o imóvel em virtude de pacto de retrovenda ou retrocessão.

Seção VI

Das Obrigações Acessórias

Art.144. O contribuinte é obrigado a apresentar à repartição competente da Prefeitura, quando solicitado, os documentos e informações necessários à verificação do imposto.

Art.145. Os Tabeliães e Escrivães não poderão lavrar instrumentos, escrituras ou termos judiciais sem que o imposto devido tenha sido pago.

Art.146. Os Tabeliães e Escrivães transcreverão a guia de recolhimento do imposto nos instrumentos, escrituras ou termos judiciais que lavrarem, obedecida a legislação estadual pertinente.

Seção VII

Das Disposições Gerais

Art. 147. Os modelos de formulários e outros documentos, inclusive eletrônicos, necessários à fiscalização e ao pagamento do imposto serão regulamentados pelo Poder Executivo.

Art. 148. Sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo, ou pelo terceiro legalmente obrigado, mediante processo regular, a Administração Pública poderá arbitrar o valor referido no art. 136.

CAPÍTULO III **DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA**

Seção I

Do Fato Gerador, do Contribuinte e do Responsável

Art. 148. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação de serviços constantes do anexo I desta Lei ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§ 1º. Quando uma mesma prestação envolver atividades diferentes, mas tributáveis pelo Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, o prestador deverá emitir documento fiscal destacado para cada serviço, ressalvada as exceções previstas em regulamento.

§ 2º. Os serviços mencionados na lista constante do Anexo I desta Lei ficam sujeitos apenas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias, ressalvada as exceções nela expressas.

§ 3º. O imposto de que trata este artigo incide, também:

- I. Sobre os serviços provenientes do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;
- II. Sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente, mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.
- III. Sobre os serviços públicos delegados, exercidos em caráter privado e remunerados por preços, tarifas ou emolumentos.

§ 4º. Considera-se, também, ocorrido o fato gerador no Município.

- I. Nos casos em que haja no território deste Município, extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de

locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não;

- II. Nos casos em que haja no território deste Município, serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, nos termos do subitem 22.01 da lista de serviços do Anexo I desta Lei.

§ 5º. Para efeitos do previsto no inciso II do parágrafo anterior, a incidência do imposto a favor deste Município independe da localização dos postos de pedágio, sendo o valor devido em função da extensão territorial da rodovia.

Art. 149. A incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza independe das seguintes condições:

- I. Existência de estabelecimento fixo;
- II. Cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas à atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis;
- III. Resultado financeiro obtido;
- IV. Destinação dos serviços;
- V. Denominação dada ao serviço prestado.

Art. 150. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas no inciso I do art. 156, quando o imposto será retido e recolhido pelo tomador do serviço.

§ 1º. Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevante para caracterizá-la as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou de contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§ 2º. Indica a existência de estabelecimento, a conjugação, parcial ou total, dos seguintes elementos:

- I. Manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução dos serviços;
- II. Estrutura organizacional ou administrativa;
- III. Inscrição nos órgãos previdenciários;
- IV. Indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos;
- V. Permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica de atividade de prestação de serviços, exteriorizada através da indicação do endereço em impressos, formulários ou correspondência, contrato de locação do imóvel, propaganda ou publicidade, ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica, água ou gás, em nome do prestador, seu representante ou preposto.

Seção II

Da Não Incidência

Art. 151. O imposto não incide sobre:

- I. As exportações de serviços para o exterior do País;
- II. A prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;
- III. O valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

§ 1º. Não se enquadram no disposto no inciso I deste artigo, os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

§ 2º. Para os efeitos do inciso II deste artigo, são considerados trabalhadores avulsos aqueles que prestam serviços em regime de subordinação jurídica ou dependência hierárquica e sem autonomia profissional.

Seção III

Do Sujeito Passivo

Art. 152. O sujeito passivo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza pode ser o contribuinte ou o responsável quando expressamente previsto nesta Lei Complementar.

Art. 153. Contribuinte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza é o prestador do serviço.

§ 1º. O contribuinte pode ser pessoa natural ou pessoa jurídica, ambas obrigatoriamente inscritas no Cadastro Fiscal Mobiliário.

§ 2º. Para efeitos de incidência do imposto equipara-se a pessoa jurídica, inclusive para cumprimento das obrigações acessórias que lhes correspondam:

- a) A pessoa física que admitir, para o exercício da sua atividade profissional, mais do que três empregados ou contratados com a mesma habilitação profissional do empregador ou contratante;
- b) O empreendimento instituído para prestar serviços com interesse econômico;
- c) O condomínio que prestar serviços à terceiros, não condôminos;
- d) O delegatário do Estado para a realização dos serviços registrários, cartorários, notariais e similares.

§ 3º. Os serviços prestados por consórcios associados de empresas serão tributados em nome das empresas consorciadas, sem benefício de ordem, às quais caberá definir, junto ao Fisco Municipal, a proporcionalidade de cada uma.

Art. 154. São solidariamente responsáveis:

- I. Conjuntamente com o contribuinte e o empreiteiro da obra, o proprietário do bem imóvel quanto aos serviços previstos nos subitens 7.02, 7.04 e 7.05 do Anexo I desta Lei, prestados sem a documentação fiscal correspondente e/ou sem a prova do pagamento do imposto;
- II. O proprietário do estabelecimento em que estiverem instalados os equipamentos e o dono destes últimos quanto aos serviços descritos nos subitens 12.05, 12.09, 12.12, 12.14 e 12.17 do Anexo I desta Lei;
- III. As empresas administradoras de cartões de crédito, pelo imposto incidente sobre o preço dos serviços prestados pelos estabelecimentos filiados, localizados neste Município, quando pagos através de cartão de crédito por elas administrados.

§ 1º. A solidariedade prevista neste artigo não comporta benefício de ordem, ficando a critério de a Fazenda Municipal exigir o pagamento do imposto ao que melhor lhe convier.

§ 2º. O pagamento de um dos obrigados, nos termos do parágrafo anterior, aproveita aos demais.

§ 3º. Estão incluídas na responsabilidade solidária prevista neste artigo as pessoas imunes ou isentas.

Art. 155. São responsáveis por substituição ao contribuinte os tomadores ou intermediários de serviços provenientes do exterior do país ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do país.

§ 1º. Os responsáveis por substituição tributária de que trata este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, inclusive às penalidades e aos acréscimos legais, além do cumprimento das obrigações acessórias estabelecidas em regulamento.

§ 2º. A legitimidade para requerer restituições de indébitos, na hipótese de recolhimento maior do que o devido, recolhidas à Fazenda Municipal, pertence, exclusivamente, ao substituto tributário que efetuou o recolhimento.

Art. 156. São responsáveis pela retenção na fonte e pelo recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

GABINETE DO PREFEITO

- I. A pessoa jurídica, de direito público ou privado, ainda que imune ou isenta, inclusive a microempresa ou empresa de pequeno porte integrantes do Regime Especial Unificado de Arrecadação, tomadora ou intermediária dos serviços descritos no item 12, exceto o subitem 12.13, e nos subitens 3.04, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.11, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 11.01, 11.02, 11.04, 16.01, 17.05, 17.09 e item 20, constantes do Anexo I desta Lei, executado por prestador de serviço não estabelecido no Município.
- II. A Caixa Econômica Federal, sobre os serviços dos quais resultem remunerações ou comissões por eles pagos à Rede de Casas Lotéricas e de Venda de Bilhetes, estabelecidos no Município, na:
 - a) Distribuição e venda de bilhetes de loterias, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios e assemelhados;
 - b) cobrança, recebimento ou pagamento em geral de títulos quaisquer, de contas ou cartões, tributos e por conta de terceiros, inclusive os serviços correlatos à cobrança, recebimento ou pagamento.
- III. Toda pessoa jurídica, de direito público ou privado, ainda que imune ou isenta, inclusive microempresa e empresa de pequeno porte, que se utilizar de serviços de terceiros deverá reter o valor do imposto, quando o prestador:
 - a) deixar de emitir nota fiscal, nota fiscal-fatura ou outro documento exigido pela Fazenda Municipal;
 - b) não estando obrigado a emitir os documentos a que se refere a letra "a", deixar de apresentar recibo em que conste, no mínimo, o nome e endereço do prestador, a especificação do serviço prestado, a data e o preço, além do número de inscrição no Cadastro Fiscal Mobiliário;
 - c) deixar de apresentar inscrição municipal ou prova de registro no Cadastro Fiscal Mobiliário.
- IV. Os condomínios de prédios e loteamentos residenciais, inclusive de conjuntos comerciais e industriais, as administradoras de centros comerciais e *shopping center* e os consórcios associativos de empresas, mesmo que a Lei Complementar os considere entes despersonalizados, quando tomadores ou intermediários dos serviços descritos no inciso I, ou nas situações previstas nos incisos II e V deste artigo.
- V. O tomador do serviço, no caso em que o prestador emitir documento fiscal autorizado por outro município, quando esse prestador não cumprir o disposto no art. 159 desta Lei, ou não se enquadrar nas exclusões de que tratam seus §§ 1º e 2º.

§ 1º. O descumprimento da responsabilidade do tomador ou intermediário de não reter o imposto na fonte pagadora, ou reter a menor, não desobriga o prestador ao recolhimento integral devido, além de sujeitar-se às penalidades previstas nesta Lei Complementar, decorrentes do não pagamento na data estabelecida do vencimento da obrigação.

§ 2º. A responsabilidade do contribuinte não será eximida quando as informações sobre a base de cálculo e alíquota forem prestadas em desacordo com a legislação municipal.

§ 3º. Para efeito de retenção do imposto, a base de cálculo é o preço do serviço, aplicando-se a alíquota específica da atividade, constante do Anexo I desta Lei.

§ 4º. Ao ser efetuada a retenção, deverá ser fornecido comprovante ao prestador do serviço.

Art. 157. Nos casos de responsabilidade pela retenção do imposto na fonte, considera-se período de competência o mês em que foi emitida a nota fiscal correspondente, devendo o imposto ser recolhido no mês subsequente, em data estabelecida pela Fazenda Municipal, pelo tomador ou prestador do serviço, independentemente do pagamento ou não do serviço prestado.

§ 1º. Quando o serviço não for pago no mês da prestação, ou se for concedido prazo superior ao tomador pelo pagamento, o contribuinte fará prova ao tomador de que o imposto já foi recolhido, se for o caso, ficando este dispensado de retê-lo na fonte.

§ 2º. Ocorrida a hipótese prevista no parágrafo anterior, o tomador fica obrigado a guardar cópia do comprovante do recolhimento do imposto, fornecida pelo contribuinte, para fazer prova perante a Fazenda Municipal.

Art. 158. São dispensados da retenção na fonte pagadora:

- I. quando o serviço for prestado por profissional autônomo, pessoa física, desde que apresente prova de inscrição no cadastro mobiliário do Município como contribuinte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- II. quando o prestador do serviço, pessoa física ou jurídica, em caso de não incidência do imposto, informar em todas as vias do documento fiscal emitido os fundamentos legais indicativos desta situação;

Art. 159. Toda pessoa jurídica que prestar serviços no Município, com emissão de documento fiscal autorizado por outro município, deverá fornecer informações, inclusive a seu próprio respeito, à Secretaria Municipal de Finanças, conforme previsto em regulamento.

§ 1º. Excluem-se do disposto no *caput*:

- I. as prestações que envolverem os serviços descritos no inciso I do art. 168 desta Lei;
- II. as pessoas jurídicas que prestarem os serviços descritos nos incisos 4.03, 4.17, 5.02, 5.03, 6.05, 8.01, 8.02 e 9.01 do Anexo I desta Lei.

§ 2º. No interesse da eficiência administrativa da arrecadação e fiscalização tributária, o Poder Executivo poderá excluir do procedimento de que trata o *caput* determinados grupos ou categorias de contribuintes, conforme sua localização ou atividade.

Seção V

Da Base de Cálculo e da Alíquota

Art. 160. A base de cálculo do imposto é o preço do serviço, ao qual se aplicam as alíquotas específicas, constantes do Anexo I desta Lei Complementar, ressalvada às exceções contidas nos parágrafos deste artigo.

§ 1º. Quando os serviços descritos pelos subitens 3.03 do Anexo I desta Lei Complementar forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, ou área ocupada no Município.

§ 2º. Na prestação dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista de serviços do Anexo I desta Lei Complementar, o imposto devido ao Município será calculado sobre a receita bruta arrecadada em todos os postos de cobrança de pedágio da rodovia explorada, dividida na proporção direta da extensão da rodovia explorada dentro do território deste Município.

§ 3º. Na prestação dos serviços descritos nos subitens 7.02, 7.05, 14.01, 14.03 e 17.10 do Anexo I desta Lei Complementar, quando o prestador de serviço também exercer atividade mercantil, a base de cálculo é o preço dos serviços, deduzido o valor das mercadorias fornecidas pelo prestador dos serviços.

§ 4º. Para efeito do parágrafo anterior, não serão dedutíveis da base de cálculo do imposto os materiais adquiridos de terceiros, tendo o prestador como usuário final, e necessário para consecução do serviço contratado.

§ 5º. Na prestação dos serviços sob a forma de trabalho exclusivamente pessoal do próprio contribuinte, independentemente de ter ou não formação técnica, científica ou artística especializada, com atuação profissional autônoma, o imposto será pago semestralmente, de acordo com as importâncias indicadas no Anexo I - A desta Lei Complementar.

§ 6º. Quando os serviços forem prestados por sociedades simples, de forma pessoal pelos próprios contribuintes, estas ficarão sujeitas ao imposto na forma do § 5º, deste artigo, calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável.

§ 7º. O valor devido mensalmente pela microempresa e empresa de pequeno porte, integrante do Regime Especial Unificado de Recolhimento do Imposto Sobre Serviços de

Qualquer Natureza, será determinado mediante aplicação das alíquotas previstas na legislação específica.

Art. 161. Entende-se por preço do serviço, a receita bruta dele proveniente, sem quaisquer deduções, exceto as previstas nesta Lei Complementar, ainda que a título de subempreitada de serviço, frete, despesas ou imposto.

§ 1º. Constituem parte integrante e indissociável do preço do serviço:

- I. Os valores acrescidos e os encargos de qualquer natureza, ainda que de responsabilidade de terceiros;
- II. Os ônus relativos à concessão de crédito, ainda que cobrados em separado, na hipótese de prestação de serviços, sob qualquer modalidade;
- III. O montante do imposto transferido ao tomador do serviço, cuja indicação nos documentos fiscais será considerada simples elemento de controle;
- IV. Os valores despendidos, direta ou indiretamente, em favor de outros prestadores de serviços, a título de participação, co-participação ou demais formas da espécie;
- V. Os adiantamentos recebidos pelo prestador do serviço antes de sua prestação, cujos valores deverão, obrigatoriamente, constar do documento fiscal emitido após o cumprimento da obrigação.

§ 2º. Não integram o preço do serviço, os valores relativos a descontos ou abatimentos negociados e concedidos antes da efetiva prestação do serviço, quando devidamente comprovado em contrato ou outro documento prévio reconhecido entre as partes.

Art. 162. O preço do serviço será determinado:

- I. Em relação aos serviços descritos no subitem 9.02 do Anexo I desta Lei Complementar, pelo valor dos serviços prestados, deduzidos os valores das passagens aéreas, terrestres e marítimas, bem como o valor da hospedagem, vinculadas aos programas de viagens ou excursões, desde que devidamente comprovadas;
- II. Em relação aos serviços descritos no subitem 17.06 do Anexo I desta, pelo valor total dos serviços prestados, deduzidos os pagamentos efetuados às empresas de veiculação da propaganda ou publicidade, desde que comprovados com a apresentação das respectivas notas fiscais por elas emitidas;
- III. Em relação aos serviços descritos no subitem 4.03 do Anexo I desta Lei Complementar, pelo valor total dos serviços prestados:
 - a) inclusive receitas cobradas a título de medicamentos e refeições;
 - b) exclusive os valores faturados contra o Serviço Único da Saúde - SUS que foram glosados no pagamento, quando a glosa for devidamente comprovada;
 - c) exclusive parcelas devidamente comprovadas e discriminadas nas Notas Fiscais de Serviços descritos nos subitens 4.02 e 4.19 do anexo I desta Lei, prestados por terceiros e tributados neste município com base no preço do serviço, de acordo com o art. 161.
- IV. Em relação às empresas de fornecimento de mão-de-obra temporária, pelo valor da remuneração auferida pelos serviços prestados, previstos no subitem 17.05 do Anexo I desta Lei Complementar, excluídos os salários pagos aos empregados e os respectivos encargos sociais e trabalhistas incidentes na prestação desses serviços, desde que a empresa prestadora do serviço comprove que o pessoal fornecido esteja empregado em sua empresa, fazendo parte do seu quadro efetivo de funcionários.
- V. Em relação aos serviços descritos no subitem 21.01 do Anexo I desta Lei Complementar pelos valores recebidos dos usuários, deduzidos os valores repassados ao Estado.

Art. 163 – Fica a sociedade organizada sob a forma de cooperativa, nos termos da legislação específica autorizada a deduzir da base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza o valor recebido de terceiros e repassado a seus cooperados e a credenciados para a prática de ato cooperativo auxiliar, a título de remuneração pela prestação dos serviços.

Art. 164. A Fazenda Municipal poderá estabelecer critérios simplificados de cálculo do imposto, para grupo de contribuintes, quando a organização for de caráter rudimentar, de atuação provisória ou intermitente, ou, então, se o número de tomadores ou o tempo de duração do serviço assim o recomendarem.

Parágrafo único. O critério de cálculo simplificado se fará através de procedimento administrativo documentado com demonstrativos estatísticos e econômicos que a amparem.

Art. 165. Será arbitrado o preço do serviço, mediante processo regular, nos seguintes casos:

- I. quando se apurar fraude, sonegação ou omissão, ou se o contribuinte embaraçar o exame de livros ou documentos necessários ao lançamento e à fiscalização do tributo, ou se não estiver inscrito no cadastro fiscal mobiliário;
- II. quando o contribuinte não apresentar sua guia de recolhimento e não efetuar o pagamento do imposto no prazo legal;
- III. quando o contribuinte não possuir os livros, documentos, declarações, talonários de notas fiscais e formulários a que se referem os incisos I e II, do art. 171 desta Lei;
- IV. quando o resultado obtido pelo contribuinte for economicamente inexpressivo, quando for difícil a apuração do preço, ou quando a prestação do serviço tiver caráter transitório ou instável;
- V. quando a receita total apresentada relativa aos serviços prestados não refletir o valor real auferido.

§ 1º. Para o arbitramento do preço do serviço serão considerados, entre outros elementos ou indícios, os lançamentos de estabelecimentos semelhantes, a natureza do serviço prestado, o valor das instalações e equipamentos do contribuinte, sua localização, a remuneração dos sócios, o número de empregados e seus salários.

§ 2º. Do imposto resultante do arbitramento serão deduzidos os pagamentos realizados no período objeto do arbitramento.

§ 3º. O arbitramento não exclui a cominação das penalidades estabelecidas nesta Lei Complementar.

Seção VI

Da Inscrição

Art. 166. A pessoa física ou jurídica cuja atividade esteja sujeita ao imposto, ainda que imune ou isenta, é obrigada a inscrever cada um dos seus estabelecimentos autônomos no Cadastro Mercantil, na forma e nos prazos regulamentares, antes do início de suas atividades.

§ 1º. Para efeito do disposto neste artigo consideram-se estabelecimentos autônomos:

- I. Os pertencentes a diferentes pessoas físicas ou jurídicas ainda que localizados no mesmo endereço e com idênticas atividades econômicas;
- II. Os pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica que funcionem em locais diversos.

§ 2º. Não se compreendem como locais diversos os pavimentos de uma mesma edificação ou duas ou mais edificações que se comuniquem internamente.

§ 3º. Na inexistência de estabelecimento fixo, a inscrição será única, pelo local do domicílio do prestador do serviço.

§ 4º. A inscrição não faz presumir a aceitação, pela Prefeitura, dos dados e informações apresentados pelo contribuinte, os quais podem ser verificados para fins de lançamento.

§ 5º. Para os efeitos deste imposto, relativamente a cada estabelecimento ou local de atividade, o contribuinte será identificado pelo respectivo número de inscrição no Cadastro Mercantil, que deverá constar de todos os seus documentos fiscais, inclusive recibos.

§ 6º. Aplica-se subsidiariamente à inscrição no Cadastro Mercantil o disciplinado no Capítulo das Taxas de Licença.

Art. 167. O contribuinte deverá comunicar à Prefeitura, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência, a cessação de atividades, a fim de obter baixa de sua

inscrição, a qual será concedida após a verificação da procedência da comunicação, sem prejuízo de cobrança dos tributos devidos ao Município.

Art. 168. Os dados, apresentados na inscrição, deverão ser atualizados pelo contribuinte, na forma e nos prazos regulamentares, sempre que ocorram fatos ou circunstâncias que impliquem em sua modificação.

§ 1º. Os prazos estipulados deverão ser observados, também, na hipótese de venda ou transferência de estabelecimento.

§ 2º. A Fazenda Municipal poderá promover, de ofício, inscrições, alterações cadastrais, cancelamento da inscrição, na forma regulamentar, sem prejuízo da aplicação de cominações ou penalidades cabíveis.

§ 3º. É facultado à Fazenda Municipal, periodicamente, convocar os contribuintes, diretamente ou por edital, para a atualização dos dados cadastrais.

Art. 169. Além da inscrição e respectivas alterações, o contribuinte ficará sujeito, para fins estatísticos e de fiscalização, à apresentação de outras declarações, na forma e nos prazos regulamentares.

Art. 170. A Fazenda Municipal poderá instituir Cadastro Mercantil Especial, nele enquadrando contribuintes cujo volume de operações de serviços, em termos financeiros, justifique, pela respectiva geração de receita tributária, medidas especiais de controle e fiscalização, a que ficarão sujeitos.

Art. 171. O contribuinte do imposto, em relação a cada um de seus estabelecimentos ou locais de atividade, fica obrigado a:

- I. Manter em uso, escrita fiscal ou escrituração eletrônica, destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que isentos ou não tributáveis;
- II. Emitir no momento da prestação do serviço, nota fiscal ou outro documento, ainda que eletrônico, exigido pela Fazenda Municipal, em ordem cronológica com indicações precisas, sem emendas ou rasuras que lhes possam prejudicar a clareza;
- III. Comunicar à Fazenda Municipal, o extravio, a perda ou a inutilização de livros, documentos fiscais ou arquivos eletrônicos, no prazo de 30 (trinta) dias da ocorrência do fato.

Parágrafo único. Na hipótese de extravio, perda ou inutilização de livros, documentos fiscais ou arquivos eletrônicos, comunicada ou não a ocorrência, a Fazenda Municipal poderá estabelecer a base de cálculo do imposto mediante arbitramento da receita, nos termos do art. 165 desta Lei.

Art. 172. Compete à Fazenda Municipal estabelecer normas relativas a:

- I. Obrigatoriedade ou dispensa de livros e documentos fiscais;
- II. Emissão de notas fiscais, convencional ou em meio eletrônico;
- III. Conteúdo e forma de utilização de livros, documentos, aplicativos e arquivos fiscais, convencional ou eletrônico;
- IV. Impressão de livros e documentos fiscais;
- V. Utilização de escrituração e/ou emissão de documento fiscal eletrônico.

Parágrafo único. As microempresas e as empresas de pequeno porte, integrantes do Regime Especial Unificado de Arrecadação, denominado Simples Nacional, deverão observar regras próprias para suas obrigações acessórias, conforme disposto em regulamento.

Art. 173. O Poder Executivo determinará as formas de escrituração e emissão de documentos fiscais, convencional ou em meio eletrônico.

§ 1º. A escrituração e a emissão de documentos fiscais deverão ser devidamente formalizados, nas condições e nos prazos regulamentares.

§ 2º. A impressão de notas fiscais e outros documentos, relativos ao imposto, só poderá ser efetuada mediante prévia autorização da Fazenda Municipal, ainda quando se tratar de nota fiscal conjugada autorizada pela Fazenda Estadual.

§ 3º. Os livros fiscais ou os arquivos de escrituração eletrônica não poderão ser retirados dos estabelecimentos, sob pretexto algum, salvo para serem levados à repartição fiscal ou ao escritório do profissional contabilista da empresa, na forma e nas condições regulamentares.

§ 4º. Presume-se retirado do estabelecimento o livro, o arquivo, ou qualquer outro documento fiscal exigível, que, estando em poder do profissional contabilista, não for colocado à disposição da fiscalização, na empresa ou na repartição, dentro de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da notificação.

Art. 174. A autoridade administrativa, por despacho fundamentado, poderá:

- I. permitir a adoção de regime especial para a emissão e escrituração de livros e documentos fiscais, de forma convencional ou eletrônica, quando vise facilitar o cumprimento, pelo contribuinte, das obrigações fiscais;
- II. exigir a adoção de livros, formulários eletrônicos ou documentos especiais, tendo em vista a peculiaridade ou a complexidade do serviço prestado;
- III. dispensar o uso de livros e documentos fiscais.

Seção VII

Do Lançamento

Art. 175. O imposto deverá ser calculado e recolhido mensalmente pelo próprio contribuinte, ou, quando for o caso, pelo responsável pela retenção na fonte ou pelo responsável substituto.

§ 1º. Nos casos de serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres, previstos nos subitens 12.01 a 12.17 do Anexo I desta Lei, se o prestador do serviço não tiver estabelecimento fixo ou permanente no Município, o imposto será calculado e recolhido a cada dia do evento, ou quando for requerida a autorização da Prefeitura para a sua realização, mediante estimativa de receita aprovada pelo Fisco Municipal.

§ 2º. O imposto será calculado pela Fazenda Municipal, semestralmente, no caso do § 5º do art.160.

§ 3º. O valor mínimo de recolhimento dos serviços tributáveis poderá ser fixado em ato expedido pela Fazenda Municipal, que poderá ser aplicada para uma ou mais atividades e ter o seu valor atualizado sempre que necessário.

Art. 176. Os lançamentos de ofício serão comunicados ao contribuinte, no seu domicílio tributário, acompanhados, em sendo o caso, de auto de infração ou notificação para recolhimento de débito verificado.

Art. 177. O valor do imposto poderá ser fixado, pela Fazenda Municipal, a partir de uma base de cálculo estimada, nos seguintes casos:

- I. Quando se tratar de atividade exercida em caráter provisório;
- II. Quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização;
- III. Quando, pela natureza da atividade, o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais ou deixar de cumprir regularmente as obrigações acessórias previstas na legislação;
- IV. Quando se tratar de contribuinte ou de atividades que aconselhem tratamento fiscal específico e diferenciado, a critério da Fazenda Municipal.

§ 1º. A Fazenda Municipal, para fixar o valor do imposto por estimativa, levará em consideração, além da capacidade contributiva de cada contribuinte, os seguintes fatores:

- I. Tempo de duração e a natureza do evento ou da atividade;
- II. Preço corrente dos serviços;
- III. Valor das despesas decorrentes da prestação do serviço;
- IV. Comparação com eventos ou atividades já ocorridas, em condições similares;
- V. Localização e porte econômico do prestador do serviço.

§ 2º. A Fazenda Municipal pode, a qualquer momento:

- I. Rever os valores estimados, mesmo no curso do período considerado;
- II. Cancelar a aplicação do regime, de forma geral, parcial ou individual.

Art. 178. Feito o enquadramento do contribuinte no regime de estimativa, ou quando da revisão dos valores, a Fazenda Municipal efetuará a notificação do valor do tributo fixado e da importância das parcelas a serem mensalmente recolhidas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

GABINETE DO PREFEITO

Art. 179. Os contribuintes enquadrados no regime de estimativa poderão, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação de lançamento, impugnar o valor estimado.

§ 1º. A impugnação prevista no *caput* deste artigo não terá efeito suspensivo e mencionará, obrigatoriamente, o valor que o interessado reputar devido, assim como os elementos para sua aferição.

§ 2º. Julgada procedente a impugnação, a diferença a maior, recolhida na pendência da decisão, será aproveitada nos pagamentos seguintes ou restituída ao contribuinte, se for o caso.

Art. 180. Sendo insatisfatórios os meios normais de controle, a Fazenda Municipal poderá exigir do contribuinte, a adoção de outros instrumentos, inclusive máquinas e equipamentos ou documentos especiais necessários à perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do imposto devido.

Seção VIII

Da Arrecadação

Art. 181. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza será recolhido mensalmente, com exceção dos casos previstos no § 5º do art.160 desta Lei, na forma e prazo regulamentares, independentemente de prévio exame da autoridade administrativa.

Parágrafo único. Em decorrência dos serviços previstos nos subitens 7.02, 7.04 e 7.05, o titular ou proprietário do imóvel, ou o responsável pela obra, ao requerer a certidão de conclusão da obra, ou o certificado de "habite-se", deverá juntar ao processo a comprovação do pagamento do imposto sobre serviços de qualquer natureza devido.

Art. 182. As diferenças de imposto, apuradas em levantamento fiscal, constarão, conforme o caso, de notificação para recolhimento de débito verificado ou de auto de infração e deverão ser recolhidas dentro do prazo de 30 (trinta) dias contínuos, contados da data do recebimento do respectivo procedimento.

Art. 183. Sempre que o volume ou a modalidade do serviço aconselhar tratamento fiscal diferente, ou a pedido do contribuinte, a Fazenda Municipal poderá exigir ou autorizar o recolhimento do imposto por regime especial.

Parágrafo único. Os regimes especiais de que trata este artigo serão sempre fundamentados e aprovados em processo administrativo, sendo vedada sua aplicação quando implique em renúncia fiscal.

TÍTULO III

DAS TAXAS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 184. As taxas cobradas pelo Município têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público, específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Art. 185. A inscrição, o lançamento e aplicação de penalidades referentes às taxas reger-se-ão pelas normas gerais, salvo se houver disposição especial em contrário.

Art. 186. A incidência da taxa e sua cobrança independem:

- I. Da existência do estabelecimento fixo;
- II. Do efetivo ou contínuo exercício da atividade para a qual tenha sido requerido o licenciamento;
- III. Da expedição da autorização, desde que seja efetivo o exercício da atividade para a qual tenha sido aquela requerida;
- IV. Do resultado financeiro da atividade exercida;

- V. Do cumprimento de qualquer exigência legal ou regulamentar relativa ao exercício da atividade.

CAPÍTULO II
DAS TAXAS DECORRENTES DO EFETIVO EXERCÍCIO
DO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA

Seção I

Do Fato Gerador e do Contribuinte

Art. 187. As taxas de licença têm como fato gerador as atividades da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à localização e funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços; do exercício de atividades dependentes de concessão ou autorização do poder público à disciplina das construções e do desenvolvimento urbanístico; à estética da cidade, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

§ 1º. Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com a observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

§ 2º. O poder de polícia administrativa será exercido em relação a quaisquer atividades ou atos, lucrativos ou não, nos limites da competência do Município, dependentes, nos termos desta Lei e da legislação vigente, de prévia licença da Prefeitura.

Art. 188. As taxas de licença serão devidas para:

- I. A Fiscalização da Licença para Localização e Funcionamento em Horário Normal e Especial;
- II. A Fiscalização da Licença para o Exercício da Atividade de Comércio Ambulante ou Eventual;
- III. A Fiscalização da Licença para Execução de Obras de Construção Civil e Similares;
- IV. A Fiscalização da Licença para a Ocupação e Permanência em áreas, Vias, Logradouros e Passeios Públicos, Solo e Feiras-Livres;
- V. A Fiscalização da Licença de Funcionamento de Vigilância Sanitária;
- VI. A Fiscalização da Licença de Publicidade.

Art. 189. Contribuinte das taxas é qualquer pessoa física ou jurídica que der causa ao exercício de atividade ou à prática de atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município, nos termos do art. 197 desta Lei.

Art. 190. As alterações dos dados cadastrais, dos estabelecimentos ou das pessoas dos contribuintes, que alterem a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou que impliquem em nova classificação nas tabelas das taxas, também constituem fato gerador do tributo.

Art. 191. Os contribuintes a que se refere o art. 195 deverão comunicar o encerramento ou a alteração de dados cadastrais de suas atividades até 30 (trinta) dias após sua ocorrência.

§ 1º. O contribuinte comunicará previamente à repartição fiscal a transferência ou alteração de atividade do estabelecimento ou a mudança de endereço.

§ 2º. No caso de transferência de estabelecimento, o fato será comunicado, pelo antecessor e pelo sucessor, em virtude do encerramento da inscrição, com seqüencial abertura de nova inscrição.

Art. 192. A licença é intransferível e valerá apenas para o período em que for concedida.

Seção II

Da Base de Cálculo e da Alíquota

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

GABINETE DO PREFEITO

Art. 193. A base de cálculo das taxas de polícia administrativa do Município é o custo estimado da atividade despendida com o exercício regular do poder de polícia.

Art. 194. O valor das taxas, decorrentes do exercício do poder de polícia administrativa, será calculado com base nas tabelas dos anexos que acompanham cada espécie tributária, levando-se em conta os períodos, critérios e alíquotas nelas indicadas.

Seção III

Da Inscrição

Art. 195. Os contribuintes inscrever-se-ão na repartição fiscal antes de iniciarem suas atividades.

§ 1º. Antes da inscrição municipal, os interessados poderão efetuar consulta prévia, através de requerimento enviado pela rede mundial de computadores ou protocolado na Prefeitura, onde deverá constar:

- I. O endereço completo de seu interesse;
- II. A atividade desejada e os códigos de atividades econômicas previstos na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

§ 2º. As pesquisas prévias à elaboração de ato constitutivo ou de sua alteração deverão bastar a que o usuário seja informado:

- I. Da descrição oficial do endereço de seu interesse e da possibilidade de exercício da atividade desejada no local escolhido;
- II. De todos os requisitos a serem cumpridos para obtenção da licença de funcionamento, segundo a atividade pretendida, o porte, o grau de risco e a localização.

§ 3º. Ao requerer a licença, através de formulário próprio, ou por meio eletrônico, o contribuinte fornecerá à Prefeitura, além dos elementos e informações necessários à sua inscrição, no Cadastro Mercantil:

- I. Quando pessoas físicas, cópia da cédula de identidade (RG), CPF e comprovante de endereço;
- II. Quando pessoas jurídicas, cópia do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda), Contrato Social e suas alterações, ou declaração de empreendedor individual e comprovante de endereço.

§ 4º. Para todo e qualquer estabelecimento haverá uma inscrição distinta.

§ 5º. Não haverá casos de transferência de firma individual, dentro do Cadastro Mercantil, procedendo-se ao cancelamento da inscrição anterior e a posterior abertura de nova inscrição.

Art. 196. Aos contribuintes que satisfizerem as exigências regulamentares será concedido, sempre a título precário, a Licença de Funcionamento contendo as características essenciais de sua inscrição, que deverá ficar afixado no estabelecimento licenciado, em local visível.

Parágrafo único. Exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto, será emitido Alvará de Funcionamento Provisório, para as microempresas e as empresas de pequeno porte, que permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro.

Seção IV

Do Lançamento

Art. 197. As taxas de fiscalização de licença podem ser lançadas isoladamente ou em conjunto com outros tributos, se possível, mas, nos avisos-recibo constarão, obrigatoriamente, os elementos distintivos de cada tributo e os respectivos valores.

Art. 198. A licença poderá ser cassada e determinado o fechamento ou a interdição do estabelecimento, a qualquer tempo, desde que deixe de existir as condições que legitimaram a

concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinações da Prefeitura para regularizar a situação do estabelecimento.

Seção V

Das Formas e Prazos de Pagamento

Art. 199. As taxas de fiscalização de licença iniciais serão arrecadadas mediante guia oficial emitida pelo setor competente, observando-se os prazos estabelecidos nesta Lei.

Parágrafo único. As taxas de fiscalização de licença serão arrecadadas conforme disciplinado em regulamento.

Seção VI

Da Taxa de Fiscalização da Licença para Localização e Funcionamento em Horário Normal e Especial

Art. 200. Qualquer pessoa física ou jurídica que se dedique à indústria, ao comércio, à prestação de serviços ou a qualquer outra atividade, só poderá exercer suas atividades, em caráter permanente ou temporário, mediante prévia licença da Prefeitura e pagamento da Taxa de Fiscalização da Licença para Localização e Funcionamento.

§ 1º. A Taxa de Fiscalização da Licença para Localização e Funcionamento será lançada, anualmente, e o recolhimento dos créditos tributários dela decorrente deve ser feito pelo contribuinte de uma só vez ou em até 6 (seis) parcelas mensais e sucessivas, conforme regulamento, respeitado o valor mínimo da parcela, até a data do vencimento constante da notificação de lançamento.

§ 2º. A Taxa de Fiscalização da Licença para Localização e Funcionamento também é devida pelos depósitos fechados destinados à guarda de mercadorias.

§ 3º. A Taxa de Fiscalização da Licença para Localização e Funcionamento poderá ser lançada, isoladamente ou em conjunto com outros tributos, se possível, devendo constar dos avisos-recibos obrigatoriamente, os elementos distintivos de cada tributo e os respectivos valores.

Art. 201. A licença para Localização e Funcionamento em Horário Normal e Especial será concedida desde que observadas as condições estabelecidas para o exercício de cada atividade na legislação federal, estadual e municipal.

§ 1º. Será obrigatória nova licença toda vez que ocorrerem modificações nas características do estabelecimento, no exercício da atividade, inclusive nos casos de mudança de endereço.

§ 2º. A licença poderá ser cassada e determinado o fechamento do estabelecimento, a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condições que legitimaram a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinações da Prefeitura para regularizar a situação do estabelecimento.

§ 3º. As licenças serão concedidas sob a forma de alvará, que deverá ser fixado em local visível ao público e de fácil acesso à fiscalização.

Art. 202. A Taxa de Fiscalização da Licença para Localização e Funcionamento é devida de acordo com a tabela constante do Anexo II desta Lei, devendo ser lançada e arrecadada nos prazos e datas fixados na notificação de lançamento, observando-se no que couber, a previsão contida nos art. 258 desta Lei.

Art. 203. Em caso de pedido de cancelamento da atividade, após a ocorrência do fato gerador do tributo, a cobrança do crédito será cabível para o exercício.

Seção VII

Da Taxa de Fiscalização da Licença para o Exercício da Atividade de Comércio Ambulante ou Eventual

Art. 204. Qualquer pessoa que queira exercer o comércio ambulante ou eventual poderá fazê-lo, mediante prévia licença da Prefeitura e pagamento da Taxa de Fiscalização da Licença para o Exercício da Atividade de Comércio Ambulante ou Eventual.

§ 1º. O comprovante da Licença deverá estar sempre em poder do comerciante ambulante ou eventual, para ser exibido aos agentes fiscais, quando solicitado.

§ 2º. Considera-se comércio ambulante, o exercido individualmente, sem estabelecimento, com característica eminentemente não sedentária.

§ 3º. Considera-se eventual a atividade praticada:

- I. Temporariamente, por empresas, em estabelecimentos de terceiros, licenciados para locar espaços destinados à venda promocionais de mercadorias;
- II. Em determinados períodos do ano, por vendedores não constituídos em empresas, especialmente durante festividades ou comemorações;
- III. Em instalações precárias ou removíveis, como balcões, barracas, mesas e similares, assim como em veículos.

§ 4º. Os dados cadastrais deverão ser atualizados, sempre que houver qualquer modificação nas características do exercício da atividade, ou quando houver renovação da licença.

§ 5º. O Executivo Municipal estabelecerá por Decreto as áreas, os horários, e as atividades permitidas, bem como a quantidade de comerciantes.

Art. 205. A Taxa de Fiscalização da Licença para o Exercício da Atividade de Comércio Ambulante ou Eventual será lançada anualmente ou semestralmente, devendo os valores correspondentes serem recolhidos de uma só vez, na forma constante da notificação de lançamento, antes do início da atividade ou da prática de atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município.

Parágrafo único. A licença será fornecida ao interessado, após a sua regular inscrição no Cadastro competente e o devido recolhimento da Taxa referida no *caput* deste artigo.

Art. 206. A Licença para o Comércio Ambulante ou Eventual é pessoal, intransferível e poderá ser cassada, a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condições que legitimaram a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinações da Prefeitura para regularizar a situação do exercício de sua atividade.

Art. 207. A Taxa de Fiscalização da Licença para o Exercício da Atividade de Comércio Ambulante ou Eventual será lançada e arrecadada de conformidade com a Tabela constante do Anexo III desta Lei observando-se, quando cabíveis, as disposições previstas nos arts. 258 e 259 desta Lei.

Seção VIII

Da Taxa de Fiscalização da Licença para Execução de Obras de Construção Civil e Similares

Art. 208. Qualquer pessoa física ou jurídica que queira construir, reconstruir, reformar, reparar, acrescer ou demolir edifícios, casas, edículas, muros, grades, guias e sarjetas, e outras instalações no solo, subsolo e espaço aéreo, assim como proceder ao parcelamento do solo urbano, à colocação de tapumes ou andaimes e quaisquer outras obras em imóveis, está sujeita à prévia licença da Prefeitura e ao pagamento antecipado da Taxa de Fiscalização da Licença para Execução de Obras de Construção Civil e Similares.

Parágrafo único. Nenhuma obra de construção civil ou similar, de qualquer espécie, poderá ter início ou prosseguimento sem o pagamento da Taxa de Fiscalização da Licença referida neste artigo.

Art. 209. No caso de descumprimento de normas referentes à licença de que trata esta seção, responde solidariamente, o proprietário da obra, o empreiteiro e o responsável técnico.

Parágrafo único. Excepciona-se o disposto no *caput* o pagamento da Taxa, de responsabilidade exclusiva do proprietário da obra.

Art. 210. As multas serão aplicadas de conformidade com o disposto nos arts. 258 e 260 desta Lei e não dispensam o contribuinte do pagamento da Taxa de Fiscalização da Licença para Execução de Obras de Construção Civil e Similares devida, nem elidem a aplicação de outras cominações legais.

Art. 211. A Taxa de Fiscalização da Licença para Execução de Obras de Construção Civil e Similares é devida de acordo com a tabela constante no Anexo IV desta Lei Complementar, devendo ser lançada, aplicando-se, quando cabíveis, as disposições dos arts. 258 e 260:

§ 1º. No caso do procedimento de ofício da Administração Pública, o lançamento é efetuado em nome do proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título do imóvel.

§ 2º. O lançamento será efetuado antes da expedição de licenças, documentos, prática dos atos ou procedimentos requeridos, ou realizados de ofício pela Administração Pública.

Seção IX

Da Taxa de Fiscalização da Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias, em Logradouros e Passeios Públicos, Solo, e Feiras-Livres

Art. 212. A Taxa de Fiscalização da Ocupação e de Permanência em Áreas, Vias, Logradouros e Passeios Públicos, Solo, e Feiras-Livres fundada no poder de polícia administrativa do Município, concernente ao ordenamento da utilização dos bens públicos de uso comum, tem como fato gerador a fiscalização exercida sobre a localização, a instalação e a permanência de móveis, equipamentos, veículos, utensílios e quaisquer outros objetos, em observância às normas municipais de posturas relativas à estética urbana, aos costumes, à ordem, à tranqüilidade, à higiene, ao trânsito e à segurança.

§ 1º. Qualquer ocupação de área, na forma disposta no art. 216, somente poderá ser feita mediante prévia licença da Prefeitura acompanhada da Taxa de Fiscalização da Ocupação e de Permanência em Áreas, Vias, Logradouros e Passeios Públicos, Solo, e Feiras-Livres, antes do início das atividades ou da prática de atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município, nos termos do art. 217 desta Lei.

§ 2º. O valor da Taxa referida no *caput* deverá ser recolhido em uma única vez, sendo fornecido na seqüência ao interessado a licença.

§ 3º. O recibo, o comprovante de pagamento da taxa ou a licença, deverá estar sempre em poder de um representante, no local, para ser exibida aos agentes fiscais, quando solicitado.

§ 4º. A inscrição deverá ser permanentemente atualizada, sempre que houver qualquer modificação nas características do exercício da atividade, ou quando houver renovação da licença.

§ 5º. A licença só será concedida, pela repartição competente, quando tal ocupação do solo, não prejudique o trânsito ou o interesse público.

§ 6º. Constatado qualquer dano ou prejuízo ao interesse público, a licença será cassada, interditando-se as atividades, até sua reparação total.

Art. 213. Entende-se por ocupação de áreas, o espaço ocupado por instalações, balcões, barracas, tabuleiros, veículos e assemelhados, ou todo e qualquer outro tipo similar de ocupação de solo, nas feiras livres vias, logradouros e passeios públicos, locais esses quando permitidos pela Prefeitura Municipal, por prazo e critério desta.

Art. 214. Sem prejuízo da cobrança do tributo devido, a Prefeitura apreenderá e removerá para seus depósitos, qualquer equipamento, objeto e ou mercadoria colocados em locais não permitidos ou colocados em vias, logradouros ou passeios públicos, sem a devida licença, promovendo a interdição daqueles que não forem passíveis de remoção.

Art. 215. A licença para ocupação de solo poderá ser cassada, a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condições que legitimaram a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinações da Prefeitura para regularizar a situação do exercício de sua atividade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

GABINETE DO PREFEITO

Art. 216. A Taxa de Fiscalização da Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias, em Logradouros e Passeios Públicos, Solo, e Feiras-Livres é devida de acordo com a tabela constante no Anexo V desta Lei, de acordo com os períodos nela indicados, devendo ser lançada aplicando-se, quando cabíveis, as disposições dos arts. 258 e 260.

Seção X

Da Taxa de Fiscalização de Licença de Funcionamento da Vigilância Sanitária

Art. 217. Qualquer pessoa física ou jurídica que se dedique à indústria, ao comércio, à prestação de serviços ou a qualquer outra atividade relacionada à saúde, na forma estabelecida pelo órgão próprio da Secretaria do Estado, somente poderá exercer sua atividade, em caráter permanente ou temporário, mediante prévia licença da Prefeitura e pagamento da Taxa de Fiscalização da Licença de Funcionamento de Vigilância Sanitária.

§ 1º. Considera-se temporária a atividade que é exercida em determinados períodos do ano, especialmente durante festividades ou comemorações, em instalações precárias ou removíveis, como balcões, barracas, mesas e similares, assim como em veículos.

§ 2º. A Taxa de Fiscalização da Licença de Funcionamento da Vigilância Sanitária é devida pelas atividades incluídas no campo de atuação da Vigilância Sanitária, definidas em suas normas regulamentadoras.

Art. 218. A Taxa de Fiscalização da Licença de Funcionamento de Vigilância Sanitária será concedida conforme regulamentação da Vigilância Sanitária.

§ 1º. Será obrigatória nova licença toda vez que ocorrerem modificações nas características do estabelecimento.

§ 2º. A licença poderá ser cassada a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condições que legitimaram a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinações do Município para regularizar a situação do estabelecimento.

§ 3º. Os comprovantes de licenças deverão ser fixados em local visível ao público e de fácil acesso à fiscalização.

§ 4º. A Taxa de Fiscalização da Licença de Funcionamento de Vigilância Sanitária será lançada anualmente, devendo o valor correspondente ser recolhido de uma única vez, antes do início da atividade ou da prática de atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município.

Art. 219. A base de cálculo da Taxa de Fiscalização da Licença de Funcionamento de Vigilância Sanitária é o custo estimado da realização das vistorias e demais serviços administrativos constantes da Tabela referida no art. 236 desta Lei.

Seção XI

Da Taxa de Fiscalização de Licença de Publicidade

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 220. A publicidade levada a efeito por meio de quaisquer instrumentos de divulgação ou comunicação de todo tipo ou espécie, processo ou forma, inclusive as que contiverem dizeres, desenhos, siglas, dísticos ou logotipos indicativos ou representativos de nomes, produtos, locais ou atividades, mesmo aqueles fixados em veículos, fica sujeita à prévia licença da Prefeitura e ao pagamento antecipado da Taxa de Fiscalização de Licença de Publicidade.

Art. 221. Respondem pela observância das disposições desta seção, todas as pessoas, físicas ou jurídicas, responsáveis pela veiculação da publicidade.

Art. 222. A Taxa de Fiscalização de Licença de Publicidade é devida de acordo com a tabela constante no Anexo VI desta Lei, devendo ser lançada aplicando-se, quando cabíveis, as disposições dos arts. 258 e 262.

Parágrafo único. A licença referida no *caput* deste artigo é intransferível e valerá apenas para o período do exercício em que for concedida.

Subseção II

Da Isenção

CAPÍTULO III

Da Taxa de Serviços Públicos

Seção I

Do Fato Gerador e do Contribuinte

Art. 223. A taxa de serviço público tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

§ 1º. O serviço público considera-se:

I. utilizado pelo contribuinte:

- a) efetivamente, quando por ele usufruído a qualquer título;
- b) potencialmente, quando, sendo de utilização compulsória, seja posto à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.

II. específico: quando possa ser destacado em unidade autônoma de intervenção, de utilidade ou de necessidade pública;

III. divisível: quando suscetível de utilização separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.

§ 2º. Considera-se ocorrido o fato gerador, para todos os efeitos legais, em 1º de janeiro de cada ano.

Art. 224. O contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, de bem imóvel lindeiro à via ou logradouro público, abrangido pelo serviço prestado.

Parágrafo único. Considera-se também lindeiro o bem imóvel que tenha acesso, por ruas ou passagens particulares, entradas de vila ou assemelhados, ou por qualquer meio, à via ou logradouro público e que sejam beneficiários do serviço prestado ou posto à disposição.

Art. 225. A taxa de serviço público será devida para a coleta de lixo.

Seção II

Da Base de Cálculo e da Alíquota

Art. 226. A base de cálculo da Taxa de Coleta de Lixo será o custo estimado do serviço para o exercício, apurado com base nos montantes despendidos no exercício anterior para esse tributo, devidamente atualizado.

Parágrafo único. Considera-se custo contábil:

- a) mão-de-obra utilizada na execução dos serviços;
- b) encargos sociais;
- c) combustíveis e lubrificantes consumidos nos veículos utilizados na execução dos serviços

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

GABINETE DO PREFEITO

Art. 227. O valor da Taxa de Coleta de Lixo será obtido pelo rateio do custo da prestação dos serviços, entre os contribuintes, de acordo com critérios específicos disciplinados em regulamento.

Seção III

Da Inscrição e do Lançamento

Art. 228. As taxas de serviços públicos poderão ser lançadas isoladamente ou em conjunto com outros tributos, sendo que dos avisos-recibo constarão, obrigatoriamente, os elementos distintivos das taxas de serviços públicos, dos tributos pertinentes e seus respectivos valores.

Seção IV

Das Formas e Prazos de Pagamento

Art. 229. O pagamento das taxas de serviços públicos será feito na forma e nos prazos regulamentares.

Seção V

Da Taxa de Coleta de Lixo

Art. 230. A Taxa de Coleta de Lixo tem como fato gerador a utilização efetiva ou a possibilidade de utilização, pelo contribuinte, de serviços de coleta, remoção e destinação final do lixo, respeitado o limite de quantidade previsto na legislação municipal.

§ 1º. A taxa será paga de uma só vez ou parceladamente, na forma e nos prazos regulamentares.

§ 2º. Estende-se à taxa os descontos referidos nos arts. 129 e 131 desta Lei Complementar.

Art. 231. O custo despendido com a atividade de coleta de lixo será dividido proporcionalmente às áreas construídas dos bens imóveis, situados em locais em que se dê a atuação do serviço prestado.

Parágrafo único. A Prefeitura regulamentará por decreto a forma de cobrança.

TÍTULO IV

DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Seção I

Do Fato Gerador e do Contribuinte

Art. 232. A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a execução de obras públicas municipais das quais decorram valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 233. O contribuinte desse tributo é o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, de bem imóvel beneficiado pela realização de obra pública.

§ 1º. Os bens indivisos serão lançados em nome de qualquer um dos titulares, a quem caberá o direito de exigir dos demais as parcelas que lhes couberem.

§ 2º. Os imóveis de propriedade em condomínio serão lançados em nome destes, a quem caberá o direito de exigir dos condôminos as parcelas respectivas.

§ 3º. Os demais imóveis serão lançados em nome de seus titulares respectivos.

Art. 234. A contribuição de melhoria constitui ônus real, acompanhando o imóvel ainda após a transmissão.

Seção II

Da Base de Cálculo

Art. 235. A base de cálculo da Contribuição de Melhoria é valorização imobiliária, limitada ao valor do custo da obra.

§ 1º. No custo da obra serão computadas as despesas de estudo, projetos, fiscalização, desapropriação, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimo.

§ 2º. A Contribuição de Melhoria não pode ser exigida em quantia superior ao acréscimo do valor que da obra resultar para o imóvel beneficiado.

Seção III

Do Lançamento

Art. 236. Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, conforme disposto no art. 235, deverão ser observados os seguintes requisitos mínimos:

- I. Publicação prévia dos seguintes elementos:
 - a) memorial descritivo do projeto;
 - b) orçamento do custo da obra;
 - c) determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria;
 - d) delimitação da zona beneficiada, com indicação da somatória das testadas dos imóveis nela compreendidos, que será utilizado para cálculo do tributo;
 - e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.
- II. Fixação de prazo não inferior a 30 (trinta) dias, para impugnação, pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos no inciso anterior;
- III. Regulamentação do processo administrativo de instrução e julgamento da impugnação a que se refere o inciso anterior, sem prejuízo da sua apreciação judicial.

§ 1º. O valor da Contribuição de Melhoria relativa a cada imóvel será determinado pelo rateio da parcela do custo da obra a que se refere a alínea "c", do inciso I, deste artigo, pelos imóveis situados na zona beneficiada, em função dos respectivos fatores individuais de valorização.

§ 2º. A impugnação não obstará o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo e sua decisão somente terá efeito para o impugnante.

Art. 237. A Contribuição de Melhoria será lançada em nome do contribuinte, com base nos dados constantes do Cadastro Fiscal Imobiliário.

Art. 238. A notificação do lançamento, diretamente ou por edital conterà:

- I. identificação do contribuinte e valor da contribuição cobrada;
- II. prazos para pagamentos à vista ou parcelado.

Seção IV

Da Arrecadação

Art. 239. A Contribuição de Melhoria poderá ser paga em parcelas, na forma, prazos e condições regulamentares.

Art. 240. O pagamento da Contribuição de Melhoria não implica no reconhecimento, pela Prefeitura, para quaisquer fins, da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou posse do imóvel.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA
GABINETE DO PREFEITO

Seção V

Da não incidência

Art. 241. A Contribuição de Melhoria não incide:

- I. Na hipótese de simples reparação ou recapeamento de pavimento, que prescindir de novos serviços de infra-estrutura;
- II. Em relação aos imóveis localizados em zona rural.

Parágrafo único. Para aplicação do disposto no inciso II deste artigo, as delimitações das zonas urbana e rural são as estabelecidas para efeitos fiscais.

TÍTULO V
DOS PREÇOS E TARIFAS PÚBLICAS
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 242. Fica o Poder Executivo autorizado a fixar preços ou tarifas públicas:

- I. Pelos serviços de natureza industrial, comercial e civil, prestados pelo Município em caráter de empresa e passíveis de serem explorados por empresas privadas;
- II. Pela prestação de serviços técnicos de demarcação e marcação de áreas de terreno, de análise de processos para licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades efetivas ou potencialmente degradadoras, avaliação de propriedade imobiliária e prestação de serviços diversos;
- III. Pelo uso de bens do domínio municipal e de logradouros públicos, inclusive do espaço aéreo e do subsolo, sem prejuízo da cobrança de taxa de licença;
- IV. Pela exploração de serviço público municipal sob o regime de concessão ou permissão.

Art. 243. Os serviços públicos municipais, quando concedidos, terão os critérios de fixação de preços ou tarifas públicos estabelecidos no ato da sua concessão.

Art. 244. Os preços ou tarifas públicas se constituem:

- I. Dos serviços de natureza industrial, comercial e civil, prestados pelo Município, em caráter de empresa e suscetíveis de serem explorados por pessoas ou empresas privadas:
 - a) transportes coletivos;
 - b) execução de muros e passeios;
 - c) roçada e limpeza, inclusive retirada de entulhos do terreno;
 - d) escavações, aterro, terraplenagem, inclusive os destinados à regularização de loteamentos;
 - e) mercados e entrepostos;
 - f) coleta, remoção, destinação de resíduos não contemplados pela Taxa de Coleta de Lixo.
- II. Da utilização de serviço público municipal como contraprestação de caráter individual, ou de unidade de:
 - a) fornecimento de cadernetas, placas, carteiras, chapas, plantas fotográficas, heliográficas, arquivos digitais e semelhantes;
 - b) fornecimento de alimentação ou vacinas animais apreendidos ou não;
 - c) prestação de serviços técnicos de demarcação e marcação de áreas de terrenos, avaliação de propriedade imobiliária e prestação de serviços diversos;
 - d) fornecimento de guias de recolhimento, formulários, confecção de protocolos, serviços de expediente e outros atos administrativos de interesse particular do contribuinte;
 - e) produtos e serviços decorrentes da base de dados geográficos em meio analógico e digital;
 - f) outros serviços.

III. Do uso do bem ou serviço público, a qualquer título, os que:

- a) utilizarem áreas pertencentes ao Município;
- b) utilizarem áreas de domínio público;
- c) utilizarem espaços de propriedade exclusivamente municipal a título de depósito ou guarda de animais, objetos, mercadorias e veículos apreendidos.

Art. 245. A enumeração referida no art. 266 desta Lei Complementar é meramente exemplificativa, podendo ser incluída no sistema de preços ou tarifas públicas, serviços de natureza semelhante, prestados pelo Poder Público Municipal.

Art. 246. O não pagamento dos débitos resultantes do fornecimento de utilidades produzidas ou do uso das instalações de bens públicos, em razão da exploração direta de serviços municipais, acarretará, decorridos os prazos regulamentares, o corte do fornecimento ou a suspensão do uso.

Parágrafo único. O corte do fornecimento ou a suspensão do uso de que trata este artigo aplica-se também, nos casos de infrações outras, praticadas pelos consumidores ou usuários, previstas em normas de polícia administrativa ou regulamento específico.

Art. 247. Aplicam-se aos preços ou tarifas públicas, no tocante a lançamento, cobrança, pagamento, restituição, fiscalização, domicílio, obrigações acessórias dos usuários, dívida ativa, penalidades e processo fiscal, quando cabível, as mesmas disposições da presente Lei com relação aos tributos.

Art. 248. Para efetivação dos preços ou tarifas públicas referentes aos serviços de que trata o art. 266, inciso I, alínea "b", serão observadas as regras seguintes:

- I. Os serviços de construção de muros ou passeios, ou ambos, se executados pela Prefeitura Municipal, por interesse desta ou por solicitação do contribuinte, titular da propriedade, serão cobrados pelo custo total da obra, inclusa todas as despesas necessárias à sua execução, tais como alinhamento, plantas e levantamentos.
- II. Acrescentar-se-á ao custo referido no §1º deste artigo 20% (vinte por cento), a título de administração.
- III. O lançamento é efetuado em única parcela em nome do proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título do imóvel beneficiado.

TÍTULO VI
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES
CAPÍTULO I
Das Infrações

Art. 249. Constitui infração toda a ação ou omissão contrária às disposições da Legislação Tributária.

Art. 250. Constituem circunstâncias agravantes da infração:

- I. A circunstância da infração que depender ou resultar de infringência a outra disposição legal, de natureza tributária ou não;
- II. A reincidência;
- III. A sonegação.

Parágrafo único. Para fins de graduação das sanções, constituem circunstâncias atenuantes da infração:

- I. Não haver o contribuinte cometido anteriormente qualquer infração à legislação tributária;
- II. Haver o contribuinte ou responsável procedido à imediata regularização de sua situação fiscal.

Art. 251. Considera-se reincidência para os efeitos desta Lei, a nova execução ou não regularização pelo agente, do ato que afronte o mesmo dispositivo legal, sendo caracterizada novamente durante o prazo de prescrição, a contar da decisão definitiva do ato administrativo referente ao cometimento anterior.

Art. 252. A sonegação configura-se pelos seguintes procedimentos do contribuinte em:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

GABINETE DO PREFEITO

- I. Prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida ao fisco e que o exima, total ou parcialmente, do pagamento de tributos e quaisquer acréscimos devidos por lei;
- II. Inserir elementos inexatos ou omitir rendimentos ou operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pela legislação, que o exonere do pagamento de tributos devidos à Fazenda Pública Municipal;
- III. Alterar faturas, notas fiscais ou quaisquer documentos relativos a quaisquer operações sujeitas à tributação em prejuízo da Fazenda Pública Municipal;
- IV. Fornecer ou emitir documentos gratuitos ou alterar despesas ou receitas para dedução total ou parcial, de tributos devidos à Fazenda Pública Municipal.

CAPÍTULO II

Das Penalidades – MULTAS PECUNIÁRIAS

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 253. São penalidades previstas nesta Lei, aplicáveis separadas ou cumulativamente, sem prejuízo das cominadas pelo mesmo fato por lei criminal:

- I. Multa;
- II. Perda de desconto, abatimento ou deduções;
- III. Cassação dos benefícios de isenção;
- IV. Revogação dos benefícios de anistia, moratória ou remissão.

Parágrafo único. A aplicação de penalidade de qualquer natureza, em caso algum, dispensa o pagamento do tributo com atualização, das multas de mora, nem isenta o infrator do dano resultante da infração, na forma da lei civil e de juros de mora, quando cabíveis.

Art. 254. A penalidade, além de impor a obrigação de fazer ou deixar de fazer, será pecuniária, quando consista em multa, e deverá ter em vista:

- I. As circunstâncias atenuantes;
- II. As circunstâncias agravantes.

§ 1º. Nos casos do inciso I, deste artigo, reduzir-se-á a multa prevista em 20% (vinte por cento).

§ 2º. Nos casos do inciso II deste artigo, aplicar-se-á:

- 1 a) na circunstância da infração depender o resultado de infração de outra Lei, tributária ou não;
 - 1.1.1.1 b) na reincidência, a multa prevista acrescida em 20% (vinte por cento);
 - 1.1.2 c) na sonegação, a multa correspondente ao dobro do tributo sonegado, não podendo o seu valor ser inferior a R\$ 30 (trinta reais).

§ 3º Observado o disposto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo, poderá o autuado pagar a multa por infração tributária, com desconto de:

- 1 a) 20% (vinte por cento), se dentro do prazo para a defesa;
- 1.1 b) 10%(dez por cento), se dentro do prazo para recurso contra decisão de primeira instância administrativa.

§ 4º. O benefício previsto no § 3º fica condicionado ao pagamento integral do imposto devido ou parcelado e à renúncia à defesa ou recurso previsto na legislação, mesmo os já interpostos,

- 1 § 5º. Em caso de auferição do benefício previsto no § 3º o contribuinte fica sujeito ao recolhimento dos acréscimos previstos no art. 9º.

Seção II

Dos Impostos

Subseção I

Do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana

Art. 255. O descumprimento de obrigação principal ou acessória, instituída pela legislação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, sujeita o infrator às seguintes penalidades:

- I. falta de inscrição ou alteração de contribuinte na forma prevista no art. 116: multa de 20% (vinte por cento) do valor anual do imposto que será devido por um ou mais exercícios até a regularização de sua inscrição;
- II. pelo parcelamento do solo a que se refere o art. 117, os responsáveis que não cumprirem o disposto naquele artigo, sujeitam-se à multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor anual do imposto, multa que será devida por um ou mais exercícios, até que seja feita a comunicação exigida;
- III. pelo não cumprimento do disposto no art. 118 será imposta a multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor anual do imposto atualizado, conforme art. 6º desta Lei e que será devida por um ou mais exercícios, até a regularização de sua inscrição ou cadastro fiscal.

Art. 256. As multas previstas no artigo 254 desta Lei Complementar serão aplicadas, sem prejuízo da cobrança do imposto devido.

Subseção II

Do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

Art. 257. O descumprimento de obrigação principal ou acessória, instituída pela legislação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, nos casos em que comporte, a lavratura de auto de infração sujeita o infrator às seguintes penalidades:

- I. Falta de recolhimento do Imposto:
 - 1 a) falta de recolhimento ou recolhimento de importância menor do que a efetivamente devida: multa de valor igual a 30% (trinta por cento) do imposto corrigido monetariamente;
 - 1 b) falta de retenção do imposto devido: multa de valor igual a 50% (cinquenta por cento) do imposto corrigido monetariamente;
 - 2 c) falta de recolhimento do imposto retido na fonte: multa de valor igual a 100% (cem por cento) do imposto atualizado monetariamente;
- II. falta de comunicação de transferência de cessação de atividades, de alteração de dados cadastrais ou de declaração de movimento econômico:
 - a) estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços com ou sem estabelecimento fixo: multa de R\$ 60,00;
- III. Multas por infrações às disposições relativas às obrigações tributárias acessórias:
 - 1 a) falta de livros fiscais ou declaração de serviços obrigatórios: R\$ 30,00 (trinta reais) por livro ou declaração;
 - 2 b) falta ou atraso de escrituração, escrituração irregular de livros fiscais obrigatórios, declaração de serviços irregular : R\$ 30,00 (trinta reais) por mês ou fração, por livro ou declaração;
 - e) falta de autenticação de livros fiscais obrigatórios ou quaisquer outros documentos: R\$ 30,00 (trinta reais) por livro;
 - f) omitir, dificultar ou sonegar o exame de livros, declarações e documentos fiscais ou contábeis: dez vezes o valor previsto no art. 17;
 - g) uso indevido ou em desacordo com as especificações próprias, de livros, notas ou demais documentos fiscais: R\$ 30,00 (trinta reais) por livro, nota ou documento fiscal;

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

GABINETE DO PREFEITO

- 1 h) adulteração, vício ou falsificação de livros, notas e demais documentos fiscais: 100% (cem por cento) da operação a que se refere a irregularidade não podendo o valor deste ser inferior a R\$ 30,00 (trinta reais);
- 2 i) falta de emissão de notas fiscais: 100% (cem por cento) do valor da operação não podendo o valor deste ser inferior a R\$ 30,00 (trinta reais);
- 3 j) confecção ou utilização de livros, notas fiscais e demais documentos fiscais obrigatórios, sem autorização da repartição competente, nos termos do art. 172: R\$ 30,00 (trinta reais) por livro, nota fiscal ou documento;
- 4 k) inutilização, perda ou extravio de livros, declarações e documentos fiscais, sem justificativa ou comprovação: R\$ 30,00 (trinta reais) por livro, nota fiscal ou documento;
l) demais infrações a presente lei relativas ao exercício de atividades ou prestações de serviços, não especificadas nas alíneas anteriores: R\$ 30,00 (trinta reais).

§ 1º. Qualquer infração que impossibilite o funcionamento do estabelecimento, poderá cominar, além da multa pecuniária prevista nos incisos anteriores, com a interdição do mesmo.

§ 2º. As multas aplicadas com base no valor do imposto estão sujeitas à atualização monetária conforme disposto no art. 6º.

Seção III

Das Taxas

Subseção I

Das Taxas Decorrentes do Efetivo Exercício do Poder de Polícia Administrativa

Art. 258. O descumprimento de obrigação principal ou acessória relativa às Taxas Decorrentes do Efetivo Exercício do Poder de Polícia Administrativa sujeita o infrator às seguintes penalidades:

- I. Falta de inscrição, e licença de localização e de funcionamento multa de:
 - a) 100% (cem por cento) do valor do tributo, sendo cobrada em dobro na reincidência;
 - b) interdição do estabelecimento até a regularização de sua situação perante o fisco municipal.
- II. Falta de comunicação da cessação de atividade, de alteração de dados cadastrais multa equivalente a duas vezes o valor previsto no art. 17;
- III. qualquer infração que impossibilite o funcionamento do estabelecimento, poderá cominar, além da multa pecuniária prevista nos incisos anteriores, com a interdição do mesmo.

Art. 259. Multas por infrações às disposições relativas à Taxa de Fiscalização da Licença para Execução de Obras de Construção Civil e Similares:

- I. falta de comunicação para efeito de "vistoria", "habite-se" ou "certidão de conclusão de obras": multa equivalente a duas vezes o valor previsto no art. 17 desta Lei;
- II. utilização de edificação sem a competente Certidão de Conclusão de Obras ou "habite-se": multa equivalente a cinco vezes o valor previsto no art. 17 desta lei.

Parágrafo único. As multas previstas nos incisos I e II serão, quando couber, aplicadas simultaneamente ao proprietário e ao responsável técnico pela obra.

Art. 260. Multas por infrações às disposições relativas à Taxa de Fiscalização da Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias, em Logradouros e Passeios Públicos, Solo e Feiras-Livres:

- I. falta de licença de localização e funcionamento: R\$ 30,00 (trinta reais);

Art. 261. Multas por infrações às disposições relativas à Taxa de Fiscalização de Licença de Funcionamento da Vigilância Sanitária:

I. falta de renovação de licença: 100% do valor do tributo;

Art. 262. Multas por infrações às disposições relativas à Taxa de Fiscalização de Licença de Publicidade : 100% por cento do valor do tributo, sendo cobrada em dobro na reincidência.

Subseção II

Das Taxas de Serviços Públicos

Art. 263. Os valores devidos em decorrência de descumprimento de obrigação principal ou acessória, relativa às Taxas de Serviços Públicos sofrerão acréscimos moratórios e atualização monetária, na forma prevista no art. 9º desta Lei.

Seção IV

Da Contribuição de Melhoria

Art. 264. Os valores devidos em decorrência de descumprimento da obrigação principal ou acessória, relativa à Contribuição de Melhoria sofrerão atualização monetária e acréscimos moratórios, na forma prevista no art. 9º desta Lei.

CAPÍTULO III **OUTRAS PENALIDADES**

Art. 265. Os comerciantes ambulantes ou eventuais, os feirantes, que forem encontrados sem a respectiva licença e continuarem a exercer suas atividades sem a devida regularização, além das penalidades previstas no art. 253, poderão ter apreendidas suas mercadorias.

§ 1º. Mesmo que autorizados, as suas mercadorias serão apreendidas, quando apresentarem vestígios de deterioração, constatada após exame realizado pela repartição sanitária local, após o que, serão inutilizadas.

§ 2º. As mercadorias apreendidas serão removidas para o Depósito Municipal e devolvidas após a regularização do licenciamento e pagamento de preço decorrente de apreensão, depósito e condução, vedada a devolução sem o pagamento, inclusive, da multa respectiva.

CAPÍTULO IV **DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 266. Fica o Poder Executivo a expedir os atos de regulamentação necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 267. Ficam recepcionados por esta Lei os regulamentos até então vigentes, desde que com ela não sejam incompatíveis.

Art. 268. Os valores expressos em real previstos nesta lei serão reajustados anualmente, na forma disposta no seu § 2º do art. 6º.

Art. 269. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 270. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 2516/2004.

Gabinete do Prefeito em 27 de Dezembro de 2011.

Marinaldo Rosendo de Albuquerque
Prefeito

ANEXO I

IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU

TABELA DE CÓDIGOS E VALORES DO M² DE TERRENO

CÓDIGO	VALOR	CÓDIGO	VALOR	CÓDIGO	VALOR
01	36,83	05	21,48	09	12,52
02	29,47	06	19,33	10	8,76
03	26,52	07	17,39	11	7,00
04	23,87	08	15,66	12	5,50

TABELA DE CÓDIGOS E VALORES DO M² DE TIPO DE CONSTRUÇÃO

CÓDIGO	TIPO	VALOR	CÓDIGO	TIPO	VALOR
01	Casa	94,96	02	Apartamento	94,96
03	Mocambo	36,50	04	S/Conjunto	151,50
05	Loja	151,20	06	Ed. especial	68,45
07	Galpão	68,45	08	Telheiro	36,50
09	Industria	68,45	10	Hotel	151,50
11	Escola	68,45	12	Garagem	68,45
13	Hospital	68,45	14	Templo	68,45
15	Deposito	68,45	16	Serv. público	68,45
17	Posto gasolina	68,45	18	Inst. Financeira	151,50
19	Clínica	151,50	20	Bar	68,45
21	Mercearia	68,45	22	Outros	68,45

ALÍQUOTAS

- 2% para terrenos com área superior a 400 m²
- 2% para edificações cuja área total construída seja inferior a 20% da área do terreno.
- 1% demais imóveis.

ANEXO II

**IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO "INTER-VIVOS" DE BENS IMÓVEIS
E DIREITOS A ELES RELATIVOS
I.T.B.I.**

BASE DE CÁLCULO		ALÍQUOTA
I	Nas transmissões exclusivamente residenciais	2%

ANEXO III

ALÍQUOTAS DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Descrição dos serviços Itens e Subítemos	Alíquotas sobre o preço dos serviços em porcentagem
---	---

1 - Serviços de informática e congêneres.

1.01 - Análise e desenvolvimento de sistemas.	3
1.02 - Programação.	3
1.03 - Processamento de dados e congêneres.	3
1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.	3
1.05 - Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	3
1.06 - Assessoria e consultoria em informática.	3
1.07 - Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	3
1.08 Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	3

2 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

2.01 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	3
--	---

3 - Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

3.01 Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	5
3.02 - Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	5
3.03 - Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	5
3.04 - Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	5

4 - Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.

4.01 - Medicina e biomedicina.	5
--------------------------------	---

4.02 - Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	5
4.03 Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	5
4.04 - Instrumentação cirúrgica.	5
4.05 - Acupuntura.	5
4.06 - Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	5
4.07 - Serviços farmacêuticos.	5
4.08 - Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	5
4.09 - Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	5
4.10 - Nutrição.	5
4.11 - Obstetrícia.	5
4.12 - Odontologia.	5
4.13 - Ortóptica.	5
4.14 - Próteses sob encomenda.	5
4.15 - Psicanálise.	5
4.16 - Psicologia.	5
4.17 - Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	5
4.18 - Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	5
4.19 - Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	5
4.20 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	5
4.21 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	5
4.22 - Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	5
4.23 - Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	5

5 - Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.

5.01 - Medicina veterinária e zootecnia.	5
5.02 - Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	5
5.03 - Laboratórios de análise na área veterinária	5
5.04 - Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	5
5.05 - Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	5
5.06 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	5
5.07 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	5
5.08 - Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	5
5.09 - Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	5

6 - Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.

6.01 - Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	5
6.02 - Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	5
6.03 - Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	5
6.04 - Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	5
6.05 - Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	5

7 - Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.

7.01 - Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	2
7.02 - Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	2
7.03 - Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	2
7.04 - Demolição.	2
7.05 - Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	3
7.06 - Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	3
7.07 - Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	3
7.08 - Calafetação.	3
7.09 - Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	2
7.10 - Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	2
7.11 - Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	2
7.12 - Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	2
7.13 - Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	3
7.14 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.	2

7.15 - Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	2
7.16 - Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	2
7.17 - Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	2
7.18 - Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	2
7.19 - Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	2
7.20 - Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	2

8 - Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.

8.01 - Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	3
8.02 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	3

9 - Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.

9.01 - Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat , apart-hotéis, hotéis residência, residence-service , suite service , hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	3
9.02 - Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	3
9.03 - Guias de turismo.	3

10 – Serviços de intermediação e congêneres.

10.01 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	3
10.02 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer	5
10.03 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	5
10.04 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	5

10.05 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	5
10.06 Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	3
10.07 -. Representação de qualquer natureza, inclusive comercial	3
10.08 - Distribuição de bens de terceiros.	3

11 - Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.

11.01 - Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores.	3
11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.	3
11.03 - Escolta, inclusive de veículos e cargas.	3
11.04 - Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	3

12 - Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.

12.01 - Espetáculos teatrais.	3
12.02 - Exibições cinematográficas.	3
12.03 - Espetáculos circenses.	3
12.04 - Programas de auditório.	3
12.05 - Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	3
12.06 - Boates, taxi-dancing e congêneres.	3
12.07 - Shows , ballet , danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	3
12.08 - Feiras, exposições, congressos e congêneres.	3
12.09 - Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	3
12.10 - Corridas e competições de animais.	3
12.11 - Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	3
12.12 - Execução de música.	3
12.13 - Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows , ballet , danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	3
12.14 - Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	3
12.15 - Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	3
12.16 - Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows , concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	3
12.17 - Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	3

13 - Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.

13.01 - Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	3
13.02 - Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	3
13.03 - Reprografia, microfilmagem e digitalização.	3
13.04 - Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.	3

14 - Serviços relativos a bens de terceiros.

14.01 - Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	3
14.02 - Assistência técnica.	3
14.03 - Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	3
14.04 - Recauchutagem ou regeneração de pneus.	3
14.05 Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.	4
14.06 - Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	4
14.07 - Colocação de molduras e congêneres.	4
14.08 - Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	3
14.09 - Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	3
14.10 - Tinturaria e lavanderia.	3
14.11 - Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	3
14.12 - Funilaria e lanternagem.	3
14.13 - Carpintaria e serralheria.	3

15 - Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

15.01 - Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	5
15.02 - Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5
15.03 - Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA
GABINETE DO PREFEITO

15.04 - Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5
15.05 - Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5
15.06 - Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5
15.07 - Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, facsímile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5
15.08 - Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.	5
15.09 - Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	5
15.10 - Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5
15.11 - Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5
15.12 - Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5
15.13 - Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5
15.14 - Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5

15.15 - Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5
15.16 - Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5
15.17 - Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5
15.18 - Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5

16 - Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 - Serviços de transporte de natureza municipal.	3
---	---

17 - Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	3
17.02 - Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	3
17.03 - Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	3
17.04 - Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	3
17.05 - Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	3
17.06 - Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	3
17.07 - Franquia (franchising).	3
17.08 - Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	3
17.09 - Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	3
17.10 - Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	3
17.11 - Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	3
17.12 - Leilão e congêneres.	3
17.13 - Advocacia.	3
17.14 - Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	3

17.15 - Auditoria.	3
17.16 - Análise de Organização e Métodos.	3
17.17 - Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	3
17.18 - Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	3
17.19 - Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	3
17.20 - Estatística.	3
17.21 - Cobrança em geral.	3
17.22 - Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	3
17.23 - Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	3

18 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	3
--	---

19 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	3
---	---

20 - Serviços de terminais rodoviários e ferroviários .

20.01 - Serviços de terminais rodoviários e ferroviários movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres	3
---	---

21 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	3
--	---

22 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

22.01 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	3
--	---

23 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners , adesivos e congêneres.

23.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners , adesivos e congêneres.	3
--	---

24 - Serviços funerários.

24.01 Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	5
24.02 - Planos ou convênio funerários.	3
24.03 - Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	3

25 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.

25.01 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.	3
---	---

26 - Serviços de assistência social.

26.01 - Serviços de assistência social.	3
---	---

27 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

27.01 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	4
--	---

28 - Serviços de biblioteconomia.

28.01 - Serviços de biblioteconomia.	4
--------------------------------------	---

29 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.

29.01 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.	3
--	---

30 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

30.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	3
---	---

31 - Serviços de desenhos técnicos.

31.01 - Serviços de desenhos técnicos.	3
--	---

32 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

32.01 Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	3
--	---

33 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

33.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	3
---	---

34 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA
GABINETE DO PREFEITO

34.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	3
---	---

35 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

35.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	3
---	---

36 - Serviços de ourivesaria e lapidação.

36.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	5
--	---

37 - Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.

37.01 - Obras de arte sob encomenda.	3
--------------------------------------	---

ANEXO IV

**IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA
I.S.S.**

ATIVIDADE		EM R\$
1.0	PROFISSIONAL LIBERAL AUTÔNOMO	
1.1	PROFISSIONAL LIBERAL DE NÍVEL UNIVERSITÁRIO	237,14
1.2	PROFISSIONAL DE NÍVEL NÃO UNIVERSITÁRIO	148,89
1.3	DEMAIS PROFISSIONAIS	31,52

ANEXO V

TAXA PELO EXERCÍCIO REGULAR DO PODER DE POLÍCIA

TAXA DE LICENÇA

1.0 LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO - TLF	LANÇAMENTO	EM R\$
1.1 Empresa de grande porte	Por ano	531,80
1.2 Empresa de porte médio	Por ano	398,85
1.3 Empresa de pequeno porte	Por ano	265,90
1.4 Microempresa	Por ano	132,95
1.5 Comércio eventual ou ambulante	Por dia	1,47

2.0 DE UTILIZAÇÃO DE MÁQUINAS E MOTORES (movidos a qualquer tipo de energia, estática ou dinâmica)	LANÇAMENTO	EM R\$
2.1 Potência até 50 HP	Por ano	42,02
2.2 De 51 a 100HP	Por ano	84,04
2.3 Acima de 100HP	Por ano	126,07

3.0 DE UTILIZAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS	LANÇAMENTO	EM R\$
3.1 Guindaste gigante por tonelada ou fração	Por ano	84,04
3.2 Forno por unidade	Por ano	31,52
3.3 Fornalha por unidade	Por ano	31,52
3.4 Caldeira por unidade	Por ano	31,52
3.5 Frigoríficos por unidade	Por ano	31,52
3.6 Outros não especificados por unidade	Por ano	31,52

4.0 DE UTILIZAÇÃO DE MEIOS DE PUBLICIDADE	UNIDADE	EM R\$
4.1 ANÚNCIOS E LETREIROS PERMANENTES	a) Nas partes externas dos prédios. b) Nas partes internas e externas de veículos	Por m ² /ano Por veículo/ano
4.2 PUBLICIDADE ATRAVÉS DE OUTDOOR	Por exemplar ano	358,90
4.3 PUBLICIDADE ATRAVÉS DE ALTO FALENTE	Fixo Em veículos	Por ano Por veículo/mês
4.4 Demais publicidades não especificadas	Por m ² /dia	21,01

5.0 OCUPAÇÃO DE ÁREAS EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS	EM R\$
5.01 Por balcões, barracas, mesas, tabuleiros e assemelhados – por m ² /dia	2,77
5.02 Por circo, parque de diversões e feiras de exposições – por m ² por semana ou fração.	0,92
5.3 Por veículos	
5.3.1 Ônibus - por unidade ao ano	21,01
5.3.2 Utilitário - por unidade ao ano	14,70
5.3.3 Veículo Pequeno - por unidade ao ano	10,50
5.3.4 Moto - por unidade ao ano	6,30

ANEXO V
(continuação)

5.0	OCUPAÇÃO DE ÁREAS EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS	EM R\$
5.4.	Comércio Eventual	
	Por mês	1,85
	Por semestre	11,16
	Por ano	134,10

6.0	DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	EM R\$
6.01	Baixa complexidade de inspeção - por ano	14,59
6.2	Pequena complexidade de inspeção - por ano	43,79
6.3	Média complexidade de inspeção - por ano	131,33
6.4	Alta complexidade de inspeção - por ano	569,14

ANEXO V
(continuação)

EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS

1.1 LICENÇA DE CONSTRUÇÃO RECONSTRUÇÃO, REFORMA, RENOVAÇÃO DE ALVARA REPAROS, SUBPISO E COBERTAS EM R\$		
1.1.1	Até 30 m ²	0,84
1.1.2	De 31 m ² a 100 m ²	1,68
1.1.3	De 101 m ² a 150 m ²	2,31
1.1.4	De 151 m ² a 200 m ²	2,94
1.1.5	Acima de 201 m ²	3,57
1.2 APRECIÇÃO DE PLANTAS EM R\$		
1.2.1	Residencial e Comercial	por m ² 0,52
1.2.2	Industrial	por m ² 1,05
1.3 CONCESSÃO DE HABITE-SE EM R\$		
1.3.1	Até 30 m ²	0,63
1.3.2	De 31 m ² a 100 m ²	1,05
1.3.3	De 101 m ² a 150 m ²	1,30
1.3.4	De 151 m ² a 200 m ²	1,68
1.3.5	Acima de 201 m ²	2,10
1.4 DEMOLIÇÃO E ALTERAÇÃO TOTAL OU PARCIAL EM R\$		
1.4.1	Até 50 m ²	0,63
1.4.2	De 51 m ² a 150 m ²	1,26
1.4.3	Acima de 150 m ²	1,89
1.5 APRECIÇÃO DE MODIFICAÇÃO EM PROJETOS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL EM R\$		
1.5.1	Que não implique em mudanças das partes de construção, por m ² ou fração.	0,10
1.5.2	Outras modificações não especificadas	0,15

ANEXO V
(continuação)

EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

1.6	VISTORIA	EM R\$	
1.6.1	Muro divisório, por metro linear		2,10
1.6.2	Piscina e caixa d'água, por metro cúbico		4,20
1.6.3	Marquise, por m ²		3,15
1.6.4	Platibandas e beiras, por metro linear		2,10
1.6.5	Colocação ou substituição de bomba de combustível, por unidade		105,06
1.6.6	Colocação ou substituição de tanque de combustível, por unidade		210,12
1.6.7	Reparos e pequenas obras não especificadas, por m ²		0,84
1.6.8	Reparos e pequenas obras não especificadas, por metro linear		1,16
1.6.9	Reposição de calçamento, por m ²		33,62
1.6.10	Reposição de asfalto, por m ²		275,26
1.6.11	Escavação de calçamento (ligação d'água), por m ²		16,81

LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE LOTEAMENTO, ARRUAMENTO

1.7 PARTICULARES	R\$
1.7.1	Apreciação de projeto de loteamento por lote 1,05
1.7.2	Aprovação de planta e loteamentos por lote 2,10
1.7.3	Alteração de planta aprovada de loteamento por lote 1,05
1.7.4	Apreciação de projeto de arruamento por m l. logradouro 2,10
1.7.5	Aprovação de planta de arruamento por m l. logradouro 3,15
1.7.6	Alteração de planta aprovada de arruamento por m l. logradouro 2,10

ANEXO VI

TAXA PELA UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS E PELA OCUPAÇÃO DE BENS PÚBLICOS TAXA DE SERVIÇOS PÚBLICOS - TSP

FATOR DO IMÓVEL EDIFICADO	F.I.E.
ÁREA CONSTRUÍDA	EM R\$
De 0,01 a 25,00	2,45
De 25,01 a 30,00	2,90
De 30,01 a 40,00	3,91
De 40,01 a 50,00	4,80
De 50,01 a 70,00	12,74
De 70,01 a 100,00	24,25
De 100,01 a 150,00	36,44
De 150,01 a 200,00	48,51
De 200,01 a 250,00	60,70
De 250,01 a 300,00	72,88
De 300,01 a 400,00	97,14
De 400,01 a 600,00	242,81
De 600,01 a 700,00	290,13
Acima de 700,01	339,85

FATOR DE COLETA DE LIXO	F.C.L.
TIPO DE COLETA	FATOR
Convencional diária	1,2
Convencional alternada	1,0
Mini trator	0,4
Manual	0,3
Ponto de confinamento	0,3
Coleta hospitalar	0,2

FATOR DE UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL	F.U.I.
TIPO	FATOR
Terreno sem uso	0,40
Residencial	1,00
Industrial	1,95
Comércio/Serviço	1,10
Agropecuário	0,40
Hospitalar	1,95
Estacionamento	0,40
Lazer	0,40

ANEXO VI
(continuação)

FATOR DE VARRIÇÃO E LIMPEZA URBANA	F.V.L.U.
---	-----------------

TIPO	FATOR
Regular Diária	1,0
Regular alternada	0,9
Programada semanal	0,8
Programada quinzenal	0,7
Programada mensal	0,6
Programada semestral	0,5

FATOR DE IMÓVEL NÃO EDIFICADO	F.I.N.E.
TESTADA LINEAR	EM R\$
De 0,01 a 5,00	24,25
De 5,01 a 10,00	36,42
De 10,01 a 15,00	42,48
De 15,01 a 50,00	48,51
De 50,01 a 100,00	72,88
Acima de 100,01	163,21

ANEXO VII

TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS - TSD

1.17 SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS		EM R\$
1.17.1	Certidão Negativa/Narrativa de Tributos e Multas.	10,51
1.17.2	Certidão de reconhecimento de isenção.	10,51
1.17.3	Segunda via de documento.	10,51
1.17.4	Autorização de livro de prestação de serviços, por livro.	10,51
1.17.5	Autorização de notas fiscais de serviço, por talão.	5,25
1.17.6	Autenticação de projeto, por projeto.	10,51
1.17.7	Qualquer outro serviço.	10,51

1.18. BAIXA		EM R\$
1.18.1	Averbação de escritura.	10,51
1.18.2	Transferência de licença de construção.	21,01
1.18.3	Comunicação de paralização de obra.	21,01
1.18.4	Comunicação de reinício de obra.	21,01

1.19 OUTOS SERVIÇOS		EM R\$
1.19.1	Requerimento.	10,51
1.19.2	Emissão de Documento de Arrecadação Municipal – DAM	
	1.19.2.1 - Manual.	2,10
	1.19.2.2 - Processado eletronicamente.	2,52
1.19.3	Numeração de prédio.	10,51
1.19.4	Fornecimento de formulário, por talão.	10,51

1.20 ABATE DE ANIMAIS NO MATADOURO		EM R\$
1.20.1	Gado vacum, por cabeça.	25,21
1.20.2	Suíno, por cabeça.	16,81
1.20.3	Caprino e ovino, por cabeça.	4,20
1.20.4	Fressuras (fato).	8,40

1.21 APREENSÃO DE ANIMAIS		EM R\$
1.21.1	Animal de pequeno porte, por cabeça.	4,20
1.21.2	Animal de grande porte, por cabeça.	8,40
1.21.3	De bens ou mercadorias, por unidade ou quilo.	1,05

1.22 DEPOSITO DE BENS APREENDIDOS		EM R\$
1.22.1	Animais, por dia.	3,15
1.22.2	Veículos, por dia.	26,26
1.22.3	Mercadorias e demais objetos, por dia.	1,05

ANEXO VII

(continuação)

TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS - TSD

1.23 DEMARCAÇÃO, ALINHAMENTO E NIVELAMENTO DE IMÓVEIS		EM R\$
1.23.1	Zona Urbana, por metro linear de testada.	2,10
1.23.2	Zona rural, por metro linear de testada.	2,73
1.24 MERCADO DE CARNE (ALUGUEL MENSAL)		EM R\$
1.24.1	Tarimba.	31,52
1.24.2	Qualquer áreas não especificada.	20,01
1.25 MERCADO DE FARINHA (ALUGUEL MENSAL)		EM R\$
1.25.1	Boxe do Mercado Público.	42,02
1.25.2	Qualquer área não especificada.	21,01
1.26 OCUPAÇÃO DE FEIR (LICENÇA SEMANAL)		EM R\$
1.26.1	Ocupação por veículos.	10,51
1.26.2	Ocupação por banca:	
1.26.2.1	Até 2 m ²	4,20
1.26.2.2	Por metro excedente.	2,10
1.26.3	Ocupação por frutas/verduras, por m ² .	2,10
1.26.4	Qualquer produto não especificado, por m ² .	1,05
1.27 ESPAÇO OCUPADO POR MESAS, COM 04 CADEIRAS, SEM USO DE QUALQUER IMÓVEL OU INSTALAÇÃO.		EM R\$
1.27.1	Por mês ou fração, por mesa.	5,25
1.27.2	Por semestr, por mesa.	25,21
1.27.3	Por ano, por mesa.	50,43
1.28 RODOVIÁRIA (ALUGUEL MENSAL)		EM R\$
1.28.1	Boxes de nºs. 01, 02, 03, 06, 07, 08 e 09.	105,06
1.28.2	Boxes de nºs. 04, 05, 10 e 11.	157,59
1.28.3	1º Andar	252,14

ANEXO VII

(continuação)

TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS - TSD

1.29	CEMITÉRIO	EM R\$
1.29.1	Inumação:	1
	1.29.1.1 Sepultura rasa:	
	Criança, por dois anos.	7,35
	Adulto, por dois anos.	12,19
	1.29.1.2 Carneiro:	
	Criança, por dois anos.	9,46
	Adulto, por dois anos.	14,71
	1.29.1.3 Mausoléu:	
	Criança, por dois anos.	16,81
	Adulto, por dois anos.	31,52
1.29.2	Prorrogação de prazo:	
	1.29.2.1 Sepultura rasa;	
	Criança, por cinco anos.	7,35
	Adulto, por cinco anos.	12,19
	1.29.2.2 Carneiro:	
	Criança, por cinco anos.	9,46
	Adulto, por cinco anos.	14,71
1.29.3	Perpetuidade:	
	1.29.3.1 Sepultura rasa, por m ² .	52,53
	1.29.3.2 Carneiro, por m ² .	105,06
	1.29.2.3 Jazigo (carneiro duplo), por m ² .	105,06
	1.29.3.4 Mausoléu, por m ² .	157,59
1.29.4	Exumação:	
	1.29.4.1 Antes do prazo de decomposição.	157,59
	1.29.4.2 Após o prazo de decomposição.	52,53
1.29.5	Serviços Diversos:	
	1.29.5.1 Abertura de sepultura para nova exumação.	157,59
	1.29.5.2 Retirada de ossada.	52,53
	1.29.5.3 Construção embelezamento, por m ² .	52,53
	1.29.5.4 Colocação de placa.	10,51
	1.29.5.5 Entrada de ossada.	52,53

ANEXO VIII

ROTINAS DE CALCULO :

1-) TERRITORIAL → :

ÁREA DO TERRENO x ZT do CODLOG x pedologia x topografia x situação na quadra
= VALOR DO TERRENO .

ONDE :

ZT do CODLOG (zona de terreno do código de logradouros) → composto por 12 valores conforme a seguir :

REAIS (R\$)

CÓDIGO	VALOR	CÓDIGO	VALOR	CÓDIGO	VALOR
01	36,83	05	21,48	09	12,52
02	29,47	06	19,33	10	8,76
03	26,52	07	17,39	11	7,00
04	23,87	08	15,66	12	5,50

Obs : Ocorrendo imóveis situados em condomínios verticais ou horizontais calcular fração ideal através da formula :

Área do terreno X Área da unidade / Área total construída .

Pedologia	-	Topografia	-	Situação na Quadra
Inundável 0,70		Plano ao nível 1,00		Meio de quadra 1,00
Firme 1,00		Acima do nível 0,90		Esquina 1,20
Alagado 0,60		Abaixo do nível 0,80		Vila 0,80
Rochoso 0,50		Reduz. Capacitação 0,70		Encravada 0,80
Arenoso 0,70		Área imp. Const. 0,70		Quadra 0,80
Comb.demais.. 0,80				Gleba 0,70

2-) EDIFICAÇÃO → :

ÁREA DA UNIDADE CONSTRUIDA x valor por TIPCON (tipo de construção) x padrão construtivo x estado de conservação x estrutura x ano de construção = VALOR DA EDIFICAÇÃO .

** VALORES EM REAIS (R\$) por M2 de TIPO de CONSTRUÇÃO (TIPCON) :

CÓDIGO	TIPO	VALOR	CÓDIGO	TIPO	VALOR
01	Casa	94,96	02	Apartamento	94,96
03	Mocambo	36,50	04	S/Conjunto	151,50
05	Loja	151,20	06	Ed. especial	68,45
07	Galpão	68,45	08	Telheiro	36,50
09	Industria	68,45	10	Hotel	151,50
11	Escola	68,45	12	Garagem	68,45
13	Hospital	68,45	14	Templo	68,45
15	Deposito	68,45	16	Serv. público	68,45
17	Posto gasolina	68,45	18	Inst. Financeira	151,50
19	Clínica	151,50	20	Bar	68,45
21	Mercearia	68,45	22	Outros	68,45

PADRÃO CONSTRUTIVO :

Alto 1,00 Médio 0,90 Popular 0,70 Baixa Renda 0,50

ESTADO DE CONSERVAÇÃO :

Ótima 1,00 Bom 0,90 Regular 0,70 Ruim/mau 0,50

ESTRUTURA :

Alvenaria .. 1,00; Concreto . 1,10; Madeira ..0,80; Metálica .1,0; Taipa ...0,50; Outros . 1,00

ANO DE CONSTRUÇÃO :

Zero a 5 anos .. 1,00 - - 5 a 10 anos .. 0,90 - - 10 a 20 anos .. 0,80 - - 20 a 30 anos - - 0,70

Acima de 30 anos 0,60 .

3-) ALÍQUOTAS → :

- 2 % para terrenos com área superior a 400,00 m² ;
- 2% para edificações cuja área total construída inferior a 20 % da área do terreno ;
- 1% demais imóveis .

4-) TAXA DE SERVIÇOS PÚBLICOS → :

4.1-) Fórmula imóvel Predial = Fator de imóvel edificado (F I E) x Fator coleta de lixo (F C L) x Uso do imóvel (USOIMO) x Fator de varrição e limpeza urbana (F V L U) .

**** Fator de imóvel edificado por área construída da unidade – M2 (F I E) :**

FATOR DO IMÓVEL EDIFICADO	F.I.E.
ÁREA CONSTRUÍDA	EM R\$
De 0,01 a 25,00	2,45
De 25,01 a 30,00	2,90
De 30,01 a 40,00	3,91
De 40,01 a 50,00	4,80
De 50,01 a 70,00	12,74
De 70,01 a 100,00	24,25
De 100,01 a 150,00	36,44
De 150,01 a 200,00	48,51
De 200,01 a 250,00	60,70
De 250,01 a 300,00	72,88
De 300,01 a 400,00	97,14
De 400,01 a 600,00	242,81
De 600,01 a 700,00	290,13
Acima de 700,01	339,85

**** Fator de coleta de lixo (F C L) :**

- Convencional alternada -----1,00 (peso assumido)

**** Fator de uso do imóvel (USOIMO) :**

- Terreno s/ uso ----- 0,40

- Residencial (1) ----- 1,00

- Industrial (3 e 10) ----- 1,95

- Comércio e serviço (2 , 4 e 11) -----1,10

- Agropecuário (16) ----- 0,40

- Hospitalar (6) ----- 1,95

- Estacionamento / laser (demais) ----- 0,40 .

**** fator de varrição e limpeza urbana (F V L U) :**

- Regular alternada ----- 0,90 (peso assumido)

4.2-) Fórmula do imóvel territorial = Fator de imóvel não edificado – MI de testada principal (F I N E) x Fator de varrição e limpeza publica (F V L U) .

**** Fator de imóvel não edificado (metro linear de testada principal) – F I N E :**

FATOR DE IMÓVEL NÃO EDIFICADO	F.I.N.E.
TESTADA LINEAR	EM R\$
De 0,01 a 5,00	24,25
De 5,01 a 10,00	36,42
De 10,01 a 15,00	42,48
De 15,01 a 50,00	48,51
De 50,01 a 100,00	72,88
Acima de 100,01	163,21

**** Fator de varrição e limpeza urbana (F V L U) :**

- Programada mensal ----- 0,60 (peso assumido) .

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI Nº. 022/2011.

Timbaúba, 05 de dezembro de 2011.

Ao Ilmo. Sr. João Gomes Coutinho Filho.
Presidente da Câmara Municipal de Timbaúba.

Senhor Presidente,

Por este intermédio, submetemos a apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre o Novo Código Tributário do Município de Timbaúba e dá outras providências.

A instituição do novo Código Tributário tem a intenção de atualizar e dinamizar o sistema tributário, além de prover o Município de Timbaúba de recursos necessários para atender as demandas da sociedade local. Não é demais ressaltar que a legislação tributária tem na sua essência, como pressuposto básico ser dinâmica e atualizada, para que possa ter aplicação no tempo e no espaço, objetivando alcançar sua finalidade, provendo o poder público dos recursos necessários e indispensáveis ao atendimento das demandas dos municípios, sem deixar de observar os princípios de justiça e equidade.

Assim, o novo Código Tributário permitirá que a gestão possa se adequar à realidade econômica vivenciada pelo município.

Numa análise da legislação vigente, verifica-se que os índices para aplicação tributária encontram-se bastante desatualizados, tornando inviável atingir a finalidade pública.

Nesse sentido, para que o Município possa atender de forma satisfatória os anseios da sociedade, tornou-se necessário a reforma nas alíquotas para aplicação das taxas e impostos, o que ocasionará o aumento na arrecadação, ao passo que evitará a renúncia de receitas por parte da edilidade. Tal fato proporcionará uma melhora na prestação do serviço público, tendo em vista que a frequente diminuição dos repasses das verbas federais tem gerado uma dificuldade no trabalho desenvolvido pelos Municípios, inclusive o de Timbaúba.

Ante o exposto, solicitamos a apreciação do presente projeto de lei em caráter de urgência, em face da relevância da matéria em comento.

Sendo assim, certo da aprovação do presente projeto de lei em todos os seus termos, uma vez que trará para o Município de Timbaúba mais condições para oferecer um serviço público de melhor qualidade aos nossos municípios, renovando nossos votos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente,

Marinaldo Rosendo de Albuquerque.
Prefeito Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA
GABINETE DO PREFEITO

Ofício nº 240 / 2011

Timbaúba, 05 de dezembro de 2011.

Ao Exmo. Sr. João Gomes Coutinho Filho
Vereador Presidente da Câmara Municipal de Timbaúba

Sr. Presidente,

Vimos pelo presente, encaminhar para apreciação e deliberação dessa Eg. Casa Legislativa, Projeto de Lei que dispõe sobre a instituição do novo Código Tributário e dá outras providências.

Sendo o que se apresenta para o momento, reiterando a necessidade de apreciação por essa Casa Legislativa em caráter de urgência o presente Projeto de Lei, bem como certo de que o presente projeto de lei será aprovado em sua totalidade, renovamos nossos sinceros votos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente,

Marinaldo Rosendo de Albuquerque.
Prefeito do Município de Timbaúba/PE.